

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Felipe Barbosa Teixeira

**NEGRO DRAMA: REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DO  
RACISMO AMBIENTAL NO GENOCÍDIO DE JOVENS NEGROS  
EM RONDONÓPOLIS-MT**

RONDONÓPOLIS-MT  
DEZEMBRO/2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**NEGRO DRAMA: REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DO  
RACISMO AMBIENTAL NO GENOCÍDIO DE JOVENS NEGROS  
EM RONDONÓPOLIS-MT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Rondonópolis – PPGEdU/UFMT/CUR como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Professora Dra. Priscila de Oliveira Xavier Scudder

RONDONÓPOLIS-MT  
DEZEMBRO/2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.**

B238n Barbosa Teixeira, Felipe.  
NEGRO DRAMA: REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DO RACISMO  
AMBIENTAL NO GENOCÍDIO DE JOVENS NEGROS EM RONDONÓPOLIS-  
MT / Felipe Barbosa Teixeira. -- 2020  
74 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Priscila de Oliveira Xavier Scudder.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de  
Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação,  
Rondonópolis, 2020.  
Inclui bibliografia.

1. Racismo Ambiental. 2. Desescolarização. 3. Desemprego. 4. Educação. 5.  
Genocídio da Juventude Negra. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
Rod. Rondonópolis.-Guiratinga, km 06 MT-270 - Campus Universitário de Rondonópolis - Cep:  
Tel : (66) 3410-4035 - Email : ppgedu@ufmt.br

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÍTULO : "NEGRO DRAMA: REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DO RACISMO AMBIENTAL NO GENOCÍDIO DE JOVENS NEGROS EM RONDONÓPOLIS-MT"**

AUTOR : Mestrando Felipe Barbosa Teixeira

Dissertação defendida e aprovada em 23/12/2020.

### Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador      Doutor(a)      Priscila de Oliveira Xavier Scudder

Instituição :      Universidade Federal de Mato Grosso

Examinador Interno      Doutor(a)      Aginaldo Rodrigues Gomes

Instituição :      Universidade Federal de Mato Grosso

Examinador Externo      Doutor(a)      Gerson Galo Ledezma Meneses

Instituição :      UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICAN

Examinador Suplente      Doutor(a)      Ivanete Rodrigues dos Santos

Instituição :      UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

RONDONÓPOLIS, 12/01/2021.

## **Lista de Abreviaturas**

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sociais

EIA – Estudos de Impactos Ambientais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDR – Ideologia da Democracia Racial

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MNR – Movimento Negro de Rondonópolis

MNU – Movimento Negro Unificado

PNAD – Programa Nacional de Análise por Domicílios

RIMA – Relatório de Impactos Ambientais

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UHC – União dos Homens de Cor

UFR – Universidade Federal de Rondonópolis

## AGRADECIMENTOS

Em meio a tempos turbulentos como os que vivemos nesse último ano, tempo de recrudescimentos de conquistas e movimentações sociais cada vez mais apáticas e reprimidas, minha gratidão a nossa gente negra nas periferias, em especial em Rondonópolis-MT, que mesmo diante de um quadro politicamente tenebroso não perde a energia para lutar e nos impulsiona ao desafio da busca de uma sociedade melhor.

Minha gratidão à minha mãe Elizene, por todo seu apoio, amor, atenção e preocupação nos melhores e piores momentos, me ensinando sempre os caminhos da humildade e perseverança; ao meu pai Francisco, por seu amor e preocupação sempre acompanhados de uma boa dose de companheirismo.

Gratidão a minha esposa Ellen por sua imensa paciência e compreensão, em especial nos dias de conciliação de horários de pesquisa, trabalho, escrita, por sua infinita tolerância com o mau humor que aflige a todo pesquisador na fase final da escrita.

Aos meus filhos Heitor e Yasmim, amores da minha vida, doçuras que abrandam e alegam os dias mais amargos e infelizes, com eles por vezes aprendi e aprendo a cada dia mais me educar melhor para o mundo deles.

Meus agradecimentos especiais a minha orientadora querida Professora Dra. Priscila de Oliveira Xavier Scudder por sua paciência com minhas constantes indecisões e mudanças de textos intermináveis e aflitiva impaciência para com minha autocrítica, grato por sua compreensão e conselhos.

Agradeço ao PPGEduc, por toda prontificação nos vários atendimentos e orientações sempre nos repassadas com muita eficiência e objetividade, em especial para Daniele e para Professora Dra. Érica Virgílio.

Agradeço em especial ao Professor Dr. Gerson Galo Ledezma Meneses, ao Professor Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes e Professora Dra. Ivanete Rodrigues dos Santos por disponibilizarem seu tão precioso tempo e conhecimento para comporem a banca de avaliação desta pesquisa e por suas valiosas contribuições nas leituras que fizeram desta.

## **NEGRO DRAMA: REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DO RACISMO AMBIENTAL NO GENOCÍDIO DE JOVENS NEGROS EM RONDONÓPOLIS-MT**

**RESUMO:** O trabalho apresenta uma discussão sobre o racismo ambiental e seu impacto sobre a juventude negra de Rondonópolis-MT por meio de revisões bibliográficas de obras acerca do racismo no Brasil, de documentação pública on-line e de arquivos físicos municipais sobre as políticas dispensadas à população negra em Rondonópolis-MT. A pesquisa que sustenta esta dissertação partiu de um diálogo com autores sobre a temática em questão, da observação e análise dados estatísticos, documentos de domínio público, que se ocupam de pensar, entre outras coisas, a temática do racismo ambiental. A Branquitude tem como principal estratégia a culpabilização do negro por sua própria situação, uma vez que sendo o branco privilegiado, por não carregar o estigma da cor e nem o fardo da desestruturação social, o mesmo se isenta da responsabilidade sobre os problemas raciais. Em Rondonópolis-MT, dados estatísticos demonstram que, estudantes negros, apresentam uma taxa de evasão escolar duas vezes e meia maior que os jovens brancos, sendo ainda o principal grupo a sofrer com as altas taxas de desemprego e desocupação da cidade. Dialogando com as obras de Abdias do Nascimento, Sueli Carneiro, Gevanilda Santos, Achille Mbembe entre outros autores, ficou evidenciado que o genocídio de jovens negros não é uma realidade apenas local, mas sim uma política contínua, em andamento. Por outro lado, constatamos que há uma relação evidente entre a desescolarização dos jovens negros, o desemprego estrutural e a depauperação por hiperespecialização da mão de obra, resultante da alocação de pessoas negras em periferias desestruturadas, não preparadas para o recebimento e acomodação de pessoas. Ficou evidenciado que não há tratativas interessadas em solucionar o problema do negro, em combater situações características do racismo ambiental em Rondonópolis-MT, ficando demarcado que as relações de poder tolhem o negro de seus direitos mais básicos, criminalizando-o pela situação de pobreza em que vive, ainda que a mesma tenha sido planejada por um Estado e de elite branca que insiste em não reconhecer seus privilégios.

**Palavras-Chave:** Racismo Ambiental; Desescolarização; Desemprego; Genocídio da Juventude Negra.

## **NEGRO DRAMA: REFLECTIONS ON THE IMPACT OF ENVIRONMENTAL RACISM ON THE GENOCIDE OF BLACK YOUNG PEOPLE IN RONDONÓPOLIS-MT (2018-2020)**

**ABSTRACT:** The paper presents a discussion on environmental racism and its impact on black youth in Rondonópolis-MT through bibliographic reviews of works about racism in Brazil, online public documentation and municipal physical files on the policies given to the population in Rondonópolis-MT. The research that supports this dissertation started from a dialogue with authors on the theme in question, from observation and analysis of statistical data, public domain documents, which deal with thinking, among other things, about the theme of environmental racism. Branquitude's main strategy is to blame blacks for their own situation, since being privileged whites, for not carrying the stigma of color and the burden of social disruption, they are exempt from responsibility for racial problems. In Rondonópolis-MT, statistical data shows that black students have a school dropout rate two and a half times higher than that of young white people, being still the main group to suffer from the high unemployment and unemployment rates in the city. In dialogue with the works of Abdias do Nascimento, Sueli Carneiro, Gevanilda Santos, Achille Mbembe, among other authors, it became evident that the genocide of young blacks is not only a local reality, but an ongoing, ongoing policy. On the other hand, we found that there is an evident relationship between the deschooling of young blacks, structural unemployment and the depletion due to hyperspecialization of the workforce, resulting from the allocation of black people in unstructured peripheries, not prepared for the reception and accommodation of people. It became evident that there are no deals interested in solving the problem of blacks, in combating situations characteristic of environmental racism in Rondonópolis-MT, and it is demarcated that power relations tolerate blacks from their most basic rights, criminalizing them by the situation of poverty in who lives, even though it was planned by a state and white elite that insists on not recognizing its privileges.

**Key words:** Environmental Racism; Deschooling; Unemployment; Genocide of Black Youth

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>A. Racismo Ambiental o que é? .....</b>	<b>17</b>
<b>B. Definições sobre Branquitude e Racismo Ambiental .....</b>	<b>20</b>
<b>FLUXO I – NEGRO DRAMA: REFLEXÕES SOBRE O RACISMO AMBIENTAL EM RONDONÓPOLIS-MT.....</b>	<b>26</b>
<b>1.1. Racismo Ambiental e o Processo Educacional em Rondonópolis.....</b>	<b>36</b>
<b>FLUXO II – POR QUEM E PARA QUEM É PLANEJADO O ESPAÇO URBANO? UMA REFLEXÃO SOBRE O RACISMO AMBIENTAL EM RONDONÓPOLIS-MT.....</b>	<b>41</b>
<b>2.1. Biopolítica, Biopoder e Racismo Ambiental em Rondonópolis.....</b>	<b>47</b>
<b>2.2. Bairros Negros e Bairros Brancos em Rondonópolis: onde está a periferia e o poder?.....</b>	<b>48</b>
<b>2.3. Para quem são planejados os espaços públicos em Rondonópolis?.....</b>	<b>56</b>
<b>FLUXO III – O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E O RACISMO AMBIENTAL: REFLEXÕES SOBRE O CENÁRIO SOCIAL EM RONDONÓPOLIS.....</b>	<b>57</b>
<b>3.1. Refletindo sobre a Manutenção de Privilégios em Rondonópolis.....</b>	<b>61</b>
<b>3.2. Educação: Estrutura escolar na periferia e não periferia de Rondonópolis.....</b>	<b>63</b>
<b>3.3. Emprego: o mercado de trabalho e o negro rondonopolitano.....</b>	<b>65</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>72</b>

## Negro Dama – Racionais MC's (Álbum Nada como um dia após o Outro dia)

Negro drama, entre o sucesso e a lama  
Dinheiro, problemas, invejas, luxo, fama  
Negro drama, cabelo crespo e a pele escura  
A ferida, a chaga, à procura da cura

Negro drama, tenta ver e não vê nada  
A não ser uma estrela, longe, meio ofuscada  
Sente o drama, o preço, a cobrança  
No amor, no ódio, a insana vingança

Negro drama, eu sei quem trama e quem tá comigo  
O trauma que eu carrego pra não ser mais um preto fudido  
O drama da cadeia e favela  
Túmulos, sangue, sirenes, choros e velas

Passageiro do Brasil, São Paulo, agonia  
Que sobrevivem em meio às honras e covardias  
Periferias, vielas, cortiços  
Você deve tá pensando: O que você tem a ver com isso?

Desde o início por ouro e prata  
Olha quem morre, então veja você quem mata  
Recebe o mérito, a farda que pratica o mal  
Me ver pobre, preso ou morto já é cultural

Histórias, registros e escritos  
Não é conto, nem fábula, lenda ou mito  
Não foi sempre dito que preto não tem vez?  
Então, olha o castelo e não foi você quem fez, cuzão

Eu sou irmão dos meus truta de batalha  
Eu era a carne, agora sou a própria navalha  
Tin-tin, um brinde pra mim  
Sou exemplo de vitórias, trajetórias e glórias

O dinheiro tira um homem da miséria  
Mas não pode arrancar de dentro dele a favela  
São poucos que entram em campo pra vencer  
A alma guarda o que a mente tenta esquecer

Olho pra trás, vejo a estrada que eu trilhei, mó cota  
Quem teve lado a lado e quem só ficou na bota  
Entre as frases, fases e várias etapas  
Do quem é quem, dos mano e das mina fraca

Negro drama de estilo  
Pra ser e se for, tem que ser, se temer é milho  
Entre o gatilho e a tempestade  
Sempre a provar que sou homem e não um covarde

Que Deus me guarde pois eu sei que ele não é neutro  
Vigia os ricos, mas ama os que vem do gueto  
Eu visto preto por dentro e por fora  
Guerreiro, poeta, entre o tempo e a memória

Ora, nessa história vejo dólar e vários quilates  
Falo pro mano que não morra e também não mate  
O tic-tac não espera, veja o ponteiro  
Essa estrada é venenosa e cheia de morteiro

Pesadelo é um elogio  
Pra quem vive na guerra, a paz nunca existiu  
Num clima quente, a minha gente sua frio  
Vi um pretinho, seu caderno era um fuzil  
Um fuzil

Negro drama

Crime, futebol, música, carai  
Eu também não consegui fugir disso aí  
Eu sou mais um  
Forrest Gump é mato  
Eu prefiro contar uma história real  
Vou contar a minha

Daria um filme  
Uma negra e uma criança nos braços  
Solitária na floresta de concreto e aço  
Veja, olha outra vez o rosto na multidão  
A multidão é um monstro, sem rosto e coração

Ei, São Paulo, terra de arranha-céu  
A garoa rasga a carne, é a Torre de Babel  
Família brasileira, dois contra o mundo  
Mãe solteira de um promissor vagabundo

Luz, câmera e ação, gravando a cena vai  
Um bastardo, mais um filho pardo, sem pai  
Ei, senhor de engenho, eu sei bem quem você é  
Sozinho cê num guenta, sozinho cê num entra a pé

Cê disse que era bom e as favela ouviu  
Lá também tem whisky, Red Bull, tênis Nike e fuzil  
Admito, seu carro é bonito  
É, eu não sei fazer  
Internet, videocassete, os carro loco

Atrasado, eu tô um pouco sim  
Tô, eu acho  
Só que tem que, seu jogo é sujo e eu não me encaixo  
Eu sou problema de montão, de Carnaval a Carnaval  
Eu vim da selva, sou leão, sou demais pro seu quintal

Problema com escola, eu tenho mil, mil fita  
Inacreditável, mas seu filho me imita  
No meio de vocês ele é o mais esperto  
Ginga e fala gíria; gíria não, dialeto

Esse não é mais seu, ó, subi

Entrei pelo seu rádio, tomei, cê nem viu  
Nóis é isso ou aquilo, o quê? Cê não dizia?  
Seu filho quer ser preto, há, que ironia

Cola o pôster do 2Pac aí, que tal? Que cê diz?  
Sente o negro drama, vai tenta ser feliz  
Ei bacana, quem te fez tão bom assim?  
O que cê deu, o que cê faz, o que cê fez por mim?

Eu recebi seu tic, quer dizer kit  
De esgoto a céu aberto e parede madeirite  
De vergonha eu não morri, to firmão, eis-me aqui  
Você, não, cê não passa quando o mar vermelho  
abrir

Eu sou o mano, homem duro, do gueto, Brown,  
Obá  
Aquele louco que não pode errar  
Aquele que você odeia amar nesse instante  
Pele parda e ouço funk  
E de onde vem os diamantes? Da lama  
Valeu mãe, negro drama  
Drama, drama, drama

Aê, na época dos barracos de pau lá na Pedreira,  
onde cês tavam?  
Que que cês deram por mim? Que que cês fizeram  
por mim?  
Agora tá de olho no dinheiro que eu ganho  
Agora tá de olho no carro que eu dirijo  
Demorou, eu quero é mais, eu quero até sua alma

## INTRODUÇÃO

Negro Drama, Drama Negro, sentir o racismo pela ótica descrita por um grupo que, a época da composição, eram jovens negros da periferia metropolitana de São Paulo e, sabiam bem sobre o que estavam contando nos versos da canção que abre este trabalho.

Negro drama, eu sei quem trama e quem tá comigo  
O trauma que eu carrego pra não ser mais um preto fudido  
O drama da cadeia e favela  
Túmulo, sangue, sirene, choros e velas

Passageiro do Brasil, São Paulo, agonia  
Que sobrevivem em meio às honras e covardias  
Periferias, vielas, cortiços  
Você deve tá pensando: O que você tem a ver com isso? (Racionais MC's, Negro Drama, 3º e 4º versos, 2002)

Versos que relatam desde o estranhamento causado pela aparência do negro com a afirmação de sua cor, cabelo, estilo, dialetos da periferia para tratar de suas mazelas diárias, passando pelas dores de mães solo, filhos sem pai, até a perseguição policial. No Brasil o comportamento social do negro somente torna-se viável depois de passar pela apropriação cultural, e posterior, aprovação do branco.

Eu recebi seu tic, quer dizer kit  
De esgoto a céu aberto e parede madeirite  
De vergonha eu não morri, to firmão, eis-me aqui  
Você, não, cê não passa quando o mar vermelho abrir (Racionais MC's, Negro Drama, 15º verso, 2002)

Viver o Negro Drama é sentir o tempo todo a necessidade de autorização do branco para existir. Viver o Negro Drama é ter que ouvir que você enquanto negro é na realidade o culpado por sua difícil situação, uma vez que não resistiu ao trabalho escravo, violento e genocida. Viver o Negro Drama é passar por este trabalho acadêmico para entender melhor como o racismo ambiental foi constituído para ser mais um instrumento da estratégia de dominação do branco sobre o negro, é sobre isso que passaremos a dialogar nas próximas páginas.

Vigia os rico, mas ama os que vem do gueto  
No meio de vocês ele é o mais esperto  
Ginga e fala gíria; gíria não, dialeto  
Esse não é mais seu, ó, subiu  
Entrei pelo seu rádio, tomei, cê nem viu  
Nóis é isso ou aquilo, o quê? Cê não dizia?

Seu filho quer ser preto, há, que ironia (Racionais MC's, Negro Drama, 12º e 13º versos, 2002)

Até o final dos anos 1960, o racismo foi definido no Ocidente, por grupos ligados ao movimento negro brasileiro, como uma doutrina, dogma, ideologia ou conjunto de crenças. A ideia principal deste preceito era de que a raça foi determinada pela cultura. Determinadas culturas se consideraram superiores aos outros e, portanto, algumas raças passaram a se intitular como superiores e outras foram intituladas inferiores. No decorrer dos anos 1960 a definição de racismo foi ampliada para incluir as práticas, atitudes e crenças que apoiavam a noção de superioridade e inferioridade racial. Essas crenças e práticas produziam o racismo em termos práticos e conhecidos como no caso do *Apartheid* na África do Sul e a segregação racial por toda a América do Norte. (MUNANGA E GOMES, 2016, p. 79)

Entretanto, limitar a compreensão do racismo ao comportamento preconceituoso e discriminatório reduz a definição de racismo. O racismo é também um sistema de vantagens ou privilégios com base na raça. No contexto brasileiro, muitos privilégios e vantagens disponíveis para os brancos estão diretamente ligados à discriminação racial dirigido a pessoas não brancas, negros e indígenas. Portanto, os resultados do racismo são apoiados por um sistema de mensagens culturais e políticas e práticas institucionais. O racismo é sustentado pelos aparatos jurídico, penal, educativo, religioso e pelos interesses de mercado.

Ramón Grosfoguel reflete sobre os efeitos da colonialidade do poder a partir da racialização e do privilégio de exploração de alguns corpos sobre outros, como ferramenta auxiliar na instituição do racismo no sistema-mundo, trazendo o conceito de “extermino, logo sou (*ego extermino*)” ligando à destruição de conhecimentos a eliminação de pessoas, como ocorreu no sequestro dos negros africanos, sua desumanização e uso de sua mão de obra escravizada:

Os africanos no continente americano foram proibidos de pensar, orar ou praticar suas cosmologias, conhecimentos e visões de mundo. Eles foram submetidos a um regime de racismo epistêmico que tornou ilegal seu conhecimento autônomo. A inferioridade epistêmica foi um argumento crucial usado para alegar inferioridade social biológica abaixo da linha humana. A ideia racista no final do século 16 era que "os negros não tinham inteligência", que no século 20 passou a ser "os negros têm baixos níveis de inteligência (CI = coeficiente de inteligência). (GROFOGUEL, 2013, pag.48)

Racismo ambiental é um conceito recente, definido como o processo pelo qual as decisões ambientais, ações e políticas resultam na criação de vantagens raciais para um grupo em detrimento de outro. (Herculano, 2008, p.03)

Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de que. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes (FANON, 1968, p. 29).

O termo surge da interação de três elementos determinantes, primeiro: opinião prejudicial e comportamento; segundo: o poder pessoal e institucional de promulgar políticas e ações que refletem os preconceitos; terceiro: privilégio, vantagens injustas sobre outros e a capacidade de promoção de um grupo sobre outro. Assim, o termo *racismo ambiental* e/ou *discriminação ambiental*, é empregado para descrever as desigualdades raciais em uma série de ações e processos, incluindo, mas não limitando maior probabilidade de serem expostos aos riscos ambientais; impactos negativos desproporcionais dos processos ambientais; grandes impactos negativos das políticas ambientais, por exemplo, o diferencial da taxa de limpeza de contaminantes ambientais em comunidades compostas de diferentes grupos raciais; deliberada localização de instalações nocivas em comunidades periféricas ou próximo das mesmas; chantagem ambiental quando os trabalhadores são coagidos ou forçados a escolher entre os trabalhos perigosos e normas ambientais; separação dos trabalhadores pertencentes a minorias étnicas em trabalhos perigosos e sujos; falta de acesso ou manutenção inadequada do meio ambiente em comunidades periféricas, tais como parques e playgrounds, escolas públicas, postos de saúde, esgotamento sanitário, transporte público de qualidade.

O racismo ambiental não compreende somente um padrão social normativo, ele é resultado de um somatório de comportamentos que procuram na totalidade temporal promulgar a manutenção de privilégios e vantagens históricas da população branca sobre a população não-branca.

O racismo não compreende apenas o aporte da discriminação racial, o sistema implementado no Brasil assim como em outros países escravistas, chegou a extremos como a tentativa de eliminação física, passou pelo crivo do rebaixamento, mas o racismo “à brasileira” construiu a farsa da democracia racial, mais tarde apregoada por

alguns, e apoiado fortemente no racismo científico apregoado, por exemplo, por Gobineau<sup>1</sup>:

A mancha negra que para sobre o Brasil se dá pelo grande caráter servil desta raça de negro provenientes da África, estes têm implementado em seus cérebros área correspondentes ao lobo frontal que são tão menores quanto a do homem branco, por isso são tão servis e devem permanecer em sua devida função. (SILVA, 2007, p. 330)

É possível pensar que o racismo científico teve sua base crivada na Maldição de Cã<sup>2</sup>. Entretanto, como mentalidade de longa duração tanto a Maldição de Cã como o Racismo Científico não seriam suficientes para fortalecer a estratificação e dar manutenção a mesma, isso porque estratificar também é estabelecer e fortificar as relações de poder e dominação do branco sobre o negro e, fazer com que o próprio negro não se veja como afetado pelo racismo ou tenha dificuldade em percebê-lo, não se vendo até mesmo como reprodutor desse racismo. Com a Abolição da Escravidão no Brasil o negro, outrora recluso nas senzalas, passou a circular livremente pelas ruas em grande profusão, em maioria social e demográfica, o que fez com que logo as classes sociais não negras e dominantes passassem a buscar estratégias de branqueamento populacional e/ou eliminação do negro na sociedade brasileira, como indicou Nascimento:

Fato inquestionável é que as leis de imigração nos tempos pós-abolicionistas foram concebidas dentro da estratégia maior: a erradicação da “mancha negra” na população brasileira. Um decreto de 28 de junho de 1890 concede que “É inteiramente livre a entrada nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho [...] Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos”. (NASCIMENTO, 2016, pág. 55)

Abdias do Nascimento indica na citação acima que foi proibida a entrada de pessoas negras no país, ao mesmo tempo em que se estimulou, através de leis, a

<sup>1</sup> Joseph Arthur de Gobineau, diplomata, escritor e filósofo francês, expoente do racismo científico, amigo pessoal de Dom Pedro II, imperador do Brasil, foi defensor aguerrido da ideia de superioridade e pureza do branco, e de que este era a cura para o pecado do negro e do indígena, ambos desprovidos de alma.

<sup>2</sup> No livro bíblico de Gênesis 9:21-27: “Sendo Noé lavrador, passou a plantar uma vinha. Bebendo do vinho, embriagou-se, e se pôs nu dentro de sua tenda. Cã, pai de Canaã, vendo a nudez do pai, fê-lo saber, fora, a seus dois irmãos. Então Sem e Jafé tomaram uma capa, puseram-na sobre os próprios ombros de ambos e, andando de costas, rostos desviados, cobriram a nudez do pai, sem que a vissem. Despertando Noé do seu vinho, soube o que lhe fizera o filho mais moço, e disse: Maldito seja Canaã; Seja servo dos servos a seus irmãos. E ajuntou: Bendito seja o SENHOR, Deus de Sem; E Canaã lhe seja servo. Engrandeça Deus a Jafé, E habite ele nas tendas de Sem; E Canaã lhe seja servo”.

A importância da “Maldição de Cã” para este estudo é que esta tem peso fundamental para o surgimento do negro brasileiro como “raça histórica” e elemento inaugurador do Racismo enquanto mentalidade de longa duração, lançando seus fluídos até os dias de hoje. Entretanto, é importante entender que não é o fato religioso em si que fundamenta o Racismo contra o negro, mas sim o uso que se fez historicamente deste fato religioso, bem como de seus alardeamentos e difusões sociais.

entrada de brancos no país, principalmente, belgas e portugueses que provinham das ex-colônias de Angolas, Moçambique e Congo.

Não livre dos desdobramentos da história do negro no Brasil, o contexto social rondonopolitano figura negativamente como uma das cidades mato-grossenses onde mais jovens negros (18 a 29 anos) são assassinados. No ano de 2018, segundo o Atlas da Violência a cada 4 jovens assassinados na cidade, 3 são negros e têm idade variante entre 18 e 29 anos. A priori parece ser assunto não correlato ao Racismo Ambiental, porém este está integrado estrutural e sistematicamente ao quadro social, como será visto a seguir, e se manifesta nas relações de poder na cidade e na manutenção dos privilégios da gente branca do município.

SILVA NASCIMENTO (1997) sugere que o governo brasileiro em meados da década de 1950 até o final de 1980 incentivou e financiou, intelectual e economicamente, a entrada de brancos refugiados da Europa pós Segunda Guerra Mundial, situação em que principalmente italianos e alemães entraram em grande número no país, capitalizados pelas vendas de seus títulos e posses na Europa e recebendo mais capital do governo brasileiro para aquisição de terras no Centro-Oeste, além de assistência técnica e tecnológica para implantação de grandes áreas de monocultivo de soja, algodão e cana de açúcar.

Nota-se que durante todo o decurso histórico do país houve a manutenção do poder da figura branca em detrimento da existência do negro no cenário social brasileiro. Cabe lembrar que o Estado de Mato Grosso, também recebeu africanos e africanas sequestrados e escravizados, alguns libertos posteriormente na Abolição.

Para SILVA NASCIMENTO, (1997, p. 33) no Estado de Mato Grosso houve monetarização e assistência técnica aos brancos que vieram “desbravar” o cerrado para a produção de commodities em grande volume, mas o governo não capitalizou a população negra que já ocupava o território do cerrado e enfrentava dificuldades para produção em suas terras, justamente pela falta de capitalização e pela ausência de conhecimento e assistência técnica para domesticação das culturas, commodities e capitalização, ou seja, uma modernização conservadora que seguiu a máxima do projeto colonial, novamente beneficiando e empoderando o branco em preterimento do negro e do indígena. Segundo Pereira (2014) não raros relatos mostram que muitas pessoas que ocupavam as terras de Mato Grosso e desbravavam seu solo, acabaram vendendo a preços extremamente baixos suas terras, por crerem piamente (por falta do tão necessário aporte técnico) que esta era improdutiva. Tal aporte técnico entregue

pelo governo ao branco já capitalizado por suas terras vendidas no continente europeu e no Sul e Sudeste do Brasil, consistia em capital intelectual, ou melhor, informação e assistência técnica com financiamento público para correção e adubação do solo e incentivos para produção massiva e capitalização da terra e mão de obra.

Neste quadro, o negro que já na Abolição não tivera suas necessidades atendidas, teve negada a sua cidadania e sofreu com as constantes tentativas de apagamento físico. Preterido mais uma vez, agora na abertura da fronteira agrícola, tendo que vender o pouco que possuía, pois não tinha condições objetivas de competir com tamanho poder de capitalização, se viu obrigado a vender sua mão de obra para aquele que comprara suas terras e/ou migrar para as cidades ocupando os locais em que seus poucos recursos poderiam ser utilizados para sua sobrevivência. (SILVA NASCIMENTO, 1997, p. 88)

#### **A. Racismo Ambiental: o que é?**

Narrativas sobre processos relacionados ao racismo ambiental têm seu berço ligado às lutas contrárias a injustiça ambiental que assolava populações negra norte-americanas, vitimadas por destinações das cargas de resíduos perigosos resultantes do desenvolvimento dos grandes centros econômicos que eram, coincidentemente ou não, alocados nos bairros periféricos, nos quais habitavam os considerados “cidadãos de segunda linha”, afro-americanos e latino-americanos (PACHECO, 2007, p. 09).

Herculano (2008), trata das lutas da população negra de Warren County, na Carolina do Norte na década de 1960. O movimento iniciou com a resistência contra a instalação de um aterro de resíduos tóxicos de bifenil-policlorado – PCB em sua vizinhança. O governo americano através da EPA – Agência de Proteção Ambiental Norte Americana realizava as limpezas (*clean up*) de solos contaminados por indústrias poluidoras e tinha de colocar em aterros estabilizados. A localidade escolhida para se tornar um dos aterros foi Warren County, o que desencadeou uma rejeição imediata da população local contra o empreendimento. Através de denúncias, protestos, resistência e prisões ampliou-se o debate sobre a questão, o que resultou em um aprofundamento das denúncias, que em investigações preliminares identificou que  $\frac{3}{4}$  de todos os aterros de resíduos perigosos dessas indústrias eram alocados em bairros de população majoritariamente negra.

A tomada de decisões ambientais muitas vezes reflete os acordos de poder da sociedade predominante e das suas instituições. Isto prejudica as pessoas de cor, enquanto oferece vantagens e privilégios para as empresas e os indivíduos das camadas mais altas da sociedade. A questão de quem paga e quem se beneficia das políticas ambientais e industriais é fundamental na análise do racismo ambiental. (BULLARD, 2005, p. 21)

O racismo ambiental se evidencia no trato desigual e nos danos desproporcionais imputados a população não branca. No Brasil, no âmbito urbano, fica evidente a prática do racismo, basta observar que nas grandes metrópoles, os enormes conglomerados de favelas, pessoas residindo amontoadas em guetos, cortiços, muquifos sem acesso a serviços básicos de saneamento ambiental, saúde pública, água tratada, transporte público, locais públicos de desenvolvimento e lazer, distribuição de renda por unidade familiar, ocorrência de doenças evitáveis, são negros.

É *modus operandi* de uma política racista destinar aos brancos espaços com resguardos privilégios, a ponto de que mesmo quando o branco pobre divide o espaço com o negro, este não seja atravessado pelas práticas enviesadas da chamada segurança pública, que veremos mais adiante, que tende a criminalizar a pobreza do negro e seu corpo.

No entanto, quanto mais ao interior do país, mais fica velado o racismo ambiental no cenário social urbano, em certa medida, pelas características das cidades interioranas brasileiras. Mesmo nessas cidades, o racismo se constitui no maior fator gerador de desigualdade. Assim como nas metrópoles, é possível verificar nas pequenas cidades do Brasil a persistência de um grande poder de estratificação, posto que nelas o poder social tende a se polarizar com maior força e a concentração de renda parece ser mais acelerada, reafirmando uma separação que apesar de velada, por uma modernização da pobreza, se faz presente e é facilmente notada nas estruturas dos bairros considerados periféricos e dos considerados não periférico, assim determinados pelo racismo.

É importante que se considere que apesar de abarcar questões estruturais, ambientais e epidemiológicas, o fator socioeconômico e educacional estão também intimamente ligados ao racismo ambiental, não devemos esquecer que o sistema econômico vigente no mundo globalizado é o capitalismo e, que a maneira de ascensão social neste cenário é tendo acesso a capital educacional e conseqüentemente financeiro, em livre tradução educação escolar e emprego são, justamente dois fatores de peso dentro da sistemática e estrutura do racismo ambiental.

Em Rondonópolis o racismo ambiental se caracteriza por todos os fatores apresentados até o momento. Na cidade, repete-se o mesmo “negro drama” de outras cidades brasileiras, qual seja, a evidente a diferença entre os bairros periféricos e não periféricos, entre os locais estruturados e não estruturados, com atendimento precário em saúde e transporte, locais de convivência públicos, saneamento básico e ambiental, ocorrências de doenças evitáveis.

Ao se analisar Rondonópolis-MT no trabalho Educação e Decolonialidade: Uma leitura sobre o Racismo Ambiental contra a população Negra da Periferia em Rondonópolis-MT, Teixeira et. al. 2018 cita a situação do bairro periférico Alfredo de Castro:

Uma das principais problemáticas do bairro é a ausência de escola para a população, não há no bairro nenhuma escola em nenhum nível de ensino, os populares frequentam uma escola de ensino médio no bairro Jardim Atlântico (distante do bairro 4 km) e, outra de ensino fundamental no bairro Jardim Europa (distante do bairro 3,5 km). (TEIXEIRA, SCUDDER e SILVA, 2018, pág. 06)

Isto quer dizer que a época um jovem que residisse no bairro Jardim Atlântico caminharia em média e 500 m a 1,5 km para chegar a escola e no somatório do final do dia teria feito no mínimo 1,0 km e no máximo 3,0 km para ir e vir da escola, enquanto que um jovem que residisse no bairro Alfredo de Castro teria que caminha em média 7,0 km diários para ir e vir da escola.

Mais tarde esse mesmo trabalho citado acima, mostrou que há uma forte tendência nos bairros periféricos de entrelaçar as altas taxas de desescolarização com altas taxas de desocupação e baixa renda, o que é refletido na própria arquitetura do bairro de concepção não planejada, sem esgotamento sanitário, com graves problemas de fornecimento de água potável e infraestrutura básica.



Figura 01: Vista aérea de parte do bairro Alfredo de Castro em Rondonópolis-MT (FONTE: <https://portalmt.com.br/infraestrutura-do-alfredo-de-castro-avanca-com-liberacao-de-ruas-asfaltadas/>)

O reflexo da desescolarização e do fracasso escolar, pode ser verificado nos dados que vinculam desemprego com alta taxa de baixa qualificação e que resulta na depauperação da renda da população jovem e negra e reflete no modo como sua pobreza é criminalizada. Em uma rápida pesquisa, na internet, buscando pelo nome do bairro encontramos matérias como: “Taxista é assassinado por casal em assalto e suspeito é linchado e morto por grupo de taxistas em MT<sup>3</sup>”; “PM 'invade' bairro de Rondonópolis em busca de criminosos e faz varreduras<sup>4</sup>”; “Dono de bar morre após ser baleado no Alfredo de Castro<sup>5</sup>”.

O racismo ambiental é entendido neste trabalho como qualquer prática que se mostrar ambientalmente desproporcional contra a população negra urbana nas periferias, afetando, também, diretamente sua capacidade educacional e financeira refletindo diretamente no impedimento de sua ascensão social.

Em um cenário capitalista e meritocrático quem não tem acesso à educação e a condições educacionais de qualidade, não possui perspectiva de se inserir futuramente em boas posições no mercado de trabalho, o que, grosso modo, resultará na inserção destes indivíduos em subempregos, ou nas estatísticas do desemprego estrutural. Sem condições de auferir renda, possivelmente, deverão se encaixar em locais que possam sobreviver com ou sem renda mínima, locais com moradias de baixa qualidade, periferias não planejadas ou mal planejadas., projetadas, em especial, por práticas de poder permeadas pela Branquitude que culpabiliza e terceiriza a culpa pela situação social do negro – grupo que compõe a maioria da população de periferia e de baixa renda -, este discurso ignora as desvantagens raciais, posto que permaneça vinculado ao mito da democracia racial.

## **B. Definições sobre Branquitude e Racismo Ambiental**

A prática do racismo está assentada na afirmação da superioridade inquestionável da “raça social branca”. Esta afirmação se expressa, entre outras maneiras, através de atos de críticas e discrepâncias sobre o caráter e o valor das

<sup>3</sup> <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/09/10/taxista-e-assassinado-por-casal-em-assalto-e-suspeito-e-linchado-e-morto-por-grupo-de-taxistas-em-mt.ghtml>; consultado em 12/08/2020 as 22h33min.

<sup>4</sup> <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/policia/pm-invade-bairro-de-rondonopolis-em-busca-de-criminosos-e-faz-varreduras/378172>; consultado em 12/08/2020 as 21h47min.

<sup>5</sup> <https://www.agoramt.com.br/2016/05/dono-de-bar-morre-apos-ser-baleado-no-alfredo-de-castro/>; consultado em 12/08/2020 às 23h59min

tradições e cultura da “raça negra<sup>6</sup>”, reprovando tudo ou pelo menos a maior parte do que esta pensa ou faz. Na maior parte dos acontecimentos, brancos consideram os conceitos dos negros sobre os brancos como exagerados, vitimistas, emocionados, assim como suas críticas ao racismo. Dificilmente o branco se compreende como “raça histórica” privilegiada, e denomina, via de regra, as análises dos negros ao racismo como “teoria da conspiração”, quase ininterruptamente não derivando ao exame entranhado do assunto por dissentir das oposições dos negros.

A branquitude é um lugar social de privilégio definido pela raça. É também um local onde pessoas brancas veem a si mesmas, as outras pessoas e sociedade. Esse lugar social se caracteriza por um conjunto de práticas, ações e crenças baseadas em uma superioridade racial materializada no inconsciente de pessoas brancas e que define quem ela é e como irá se comportar diante da diferença racial. (SCHUCMAN, 2015, p. 55)

A branquitude é termo indigesto, porém necessário para que se entenda a complexidade dos racismos que configuram o cenário social brasileiro e, em particular, rondonopolitano. Como mostrado acima é extremamente difícil e raro (este que vos escreve nunca ouviu e nem presenciou), pessoas brancas assumirem seus privilégios em tom de autoindulgência ou resignação em detrimento de pessoas negras como se já não fosse algo óbvio e evidente nas análises da formação histórica e social do país, dos Estados e cidades.

No cenário social rondonopolitano, é possível considerar, que pessoas brancas, raramente, conseguem se ver como privilegiadas, pelo simples fato de serem brancas, elas consideram seus privilégios advindos do trabalho e da força de vontade, ao mesmo tempo em que compreendem que as oportunidades são igualitárias para todos independente da cor.

No contexto social brasileiro a raça define o lugar e o espaço que cada pessoa e grupo ocupará na sociedade. Pessoas brancas insistem em inverter situações, se colocando como vítimas sempre que são confrontadas ou quando pessoas negras se

---

<sup>6</sup> Como norma metodológica a ser observada [...], desejamos inicialmente recusar discutir as classificações comumente mantidas pelas ciências sociais quando tentam definir o negro no Brasil; [...]. Ocorre que nenhum cientista ou qualquer ciência, manipulando conceitos como *fenótipo* ou *genótipo*, pode negar o fato concreto de que no Brasil a marca é determinada pelo fato étnico e/ou racial. Um brasileiro é designado *preto*, *negro*, *moreno*, *mulato*, *crioulo*, *pardo*, *mestiço*, *cabra* – ou qualquer outro eufemismo; e o que todo o mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de um *homem-de-cor*, isto é, aquele assim chamado descende de africanos escravizados. Trata-se, portanto, de um *negro*, não importa a gradação da cor da sua pele. Não vamos perder tempo com distinções supérfluas... (NASCIMENTO, 2016, pg. 48).

negam a lhes “alfabetizar” sobre um lugar social que lhes suprime a sua humanidade e lhes causa problemas graves diariamente.

A branquitude, no que diz respeito ao pensamento e ação do branco em relação à “naturalização” do racismo, enfatiza o entendimento de que a escravidão era uma atribuição justamente outorgada ao negro. Ser taxado como escravo, preguiçoso, traiçoeiro, etc., são elementos que contribuíram para formação de uma matriz cultural racista, estendida aos dias atuais. Mas mesmo em proposição para melhoria da eficiência do sistema colonial, ‘o papel atribuído ao negro pouco ou nada mudava, e este estaria destinado a exercer profissões mais baixas, mesmo que se ensejasse um abrandamento da violência da escravidão’.<sup>7</sup>

Desta feita, a branquitude patrocina a idéia de que o racismo do branco para com o negro não é estrutural e sistemático, tampouco a fonte e causa do processo de desigualdade e que não há uma dívida histórica a ser paga. Ao contrário, a branquitude permanece defendendo, piamente, a tese de que os negros possuem igualdade de condições para se sobressaírem quando em competição com os brancos nas dimensões econômicas, sociais e educacionais, uma vez que no Brasil há espaço para todas as raças estarem em pacífica existência, ou seja, a branquitude é patrocinadora e disseminadora do ideal da meritocracia e do mito da democracia racial.

Ao pensarmos com Abdias do Nascimento notamos que o racismo não é o desenvolvimento de um pensamento ou sentimento unidimensional, absoluto e isolado que se amplia a partir do etnocentrismo negativo como mecanismo de defesa unilateral ou coletivo de um grupo de pessoas contra outro grupo de pessoas é, sim, como delineado até aqui, um sistema político alicerçado em uma relação de poder que define que grupos serão incluídos ou excluídos de seus direitos a espaço, saúde, educação, renda, vida, a partir do critério racial, como demonstrado abaixo:

Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e o mutilado - aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão e não podiam continuar mantendo a satisfatória capacidade produtiva – eram atirados à rua, à própria sorte, qual lixo humano indesejável; este eram chamados de “africano livres”. [...]. As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem lhes conceder qualquer recurso, apoio ou meio de subsistência. [...]. Atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o Estado e a igreja. Tudo cessou, extinguiu-se todo o humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem

---

<sup>7</sup> Parron, T. “A Nova e Curiosa Relação (1764): escravidão e ilustração em Portugal durante as reformas pombalinas”. Almanack Brasiliense. n.8. São Paulo: novembro de 2008.

como pudessem. [...] A covardia de tal processo de conscrição se demonstrava revoltante através do comportamento dos filhos do senhor branco: quando convocados para servir o exército, enviavam em seu lugar o escravo, preferindo arriscar a vida negra antes que a sua própria vida branca. [...] Tipicamente nossos mitólogos raciais interpretaram a forçada participação do escravo africano nas guerras de Portugal e do Brasil como outra das “provas” da integração do negro e de sua completa participação na sociedade brasileira [...]. (NASCIMENTO, 2016, p. 79-80).

Ainda no mesmo raciocínio não podemos deixar esquecida a Abolição que entregou milhões de africanos ex-escravizados a uma “liberdade” sem assistência, direito a terra e/ou propriedade, ou auxílio básico para sobrevivência. Este caso evidencia que a elite branca brasileira se isentou mais de uma vez de sua responsabilidade com as consequências vindouras sobre o povo negro, mais uma vez entregue à indignação e à miséria, à marginalidade estrutural, à vadiagem e criminalidade, situações criadas e também utilizadas para o sincretismo negativo entre o povo negro e sua situação social.

Outro exemplo dado por Nascimento (2016), mostra como agiam covardemente as instituições governamentais e os senhores brancos ao decidirem sobre quem deveria viver (os filhos brancos) e morrer (os filhos negros, escravizados africanos). Os discursos que ouvíamos nas séries básicas em História e Estudos Sociais sobre a integração e luta lado a lado de brancos e negros nas trincheiras contra “inimigos” holandeses e paraguaios, por exemplo, não passam de enganações, uma vez que os negros eram forçados por seus senhores a tomarem os lugares de filhos brancos e/ou recebiam precárias ofertas de liberdade por parte do governo. A história demonstra que tais promessas em questão, não passavam de artifícios e enganações, uma vez que esses homens africanos escravizados eram planejadamente colocados nas frentes de batalha, com alta taxa de mortalidade (95% de mortes vinham dos soldados das frentes de batalhas), e os que ficavam gravemente feridos vinham a morrer depois de dias ou ficavam com algum tipo de sequela que os tornavam inválidos, mais uma vez os condenando a marginalidade estrutural da sociedade.

[...] o motivo da importação de escravos era a simples exploração econômica representada pelo lucro, os escravos, rotulados com subumanos ou inumanos, existiam relegados a um papel na sociedade, correspondente à sua função na economia: mera força de trabalho. [...] os africanos escravizados não mereciam nenhuma consideração como seres humanos no que diz respeito à continuidade da espécie no quadro da família organizada. [...] A norma consistia na exploração da africana pelo senhor escravocrata, e este fato ilustra um dos aspectos mais repugnantes do lascivo, indolente e ganancioso da classe dirigente portuguesa. O costume de manter prostitutas negro-africanas como meio de renda, comum entre os

escravocratas, revela que além de licenciosos, alguns se tornavam também proxenetas. [...] as mulheres negras brasileiras receberam uma herança cruel: ser o objeto de prazer dos colonizadores. O fruto deste covarde cruzamento de sangue é o que agora é aclamado e proclamado como “o único produto nacional que merece ser exportado: a mulata brasileira”. Mas se qualidade do “produto” é dita ser alta, o tratamento que ela recebe é extremamente degradante, sujo e desrespeitoso. [...] realidade social oposta a prevalecente idéia de que a formação do Brasil se verificou obedecendo a um processo integrativo imune de qualquer preconceito; tira a máscara do português e do brasileiro “branco” isentos de procedimentos racistas. Liquida certos argumentos considerando que aquela ausência de preconceito teria permitido ao colonizador engajar-se numa saudável interação sexual com a mulher negra: não só brasileiros, como latino-americanos. [...]. Um velho ditado, tão popular hoje como a um século, revela quão ilusórias e falsas são essas designações promovidas a serviço das classes dirigentes. O conceito popular difere por inteiro e restabelece a situação real: *Branca para casar, negra para trabalhar, mulata para fornicar*. [...] O mito da “democracia racial” enfatiza a popularidade da mulata como “prova” de abertura e saúde das relações raciais no Brasil. [...] há o reconhecimento geral do povo de que a raça negra for prostituída, e prostituição de baixo preço. Já que a existência da mulata significa o “produto” do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada a sua função original, ou seja, o trabalho compulsório. Exploração econômica e lucro definem, ainda outra vez seu papel social. (NASCIMENTO, 2016, p. 73-75, [grifos meus])

De par com as reflexões de Abdias do Nascimento podemos indicar que, de fato, nunca houve no Brasil nenhum tipo de aproximação entre brancos e negros sem que houvesse o interesse econômico e exploratório, a apropriação sexual das mulheres, sua exploração sexual para a lascívia dos senhores brancos e o isolamento da figura masculina africana, todos componentes de um conjunto de armas de dominação. Os ideais brancos sobre as mulheres negras, perpassados e impregnados na cultura brasileira, foram tanto a exploração sexual como a exploração do trabalho das mesmas, contrariando os repugnantes e nojentos contornos imaginados por Gilberto Freyre (1933) sobre a interação sexual entre brancos e negros ter sido permeada por docilidade ou consenso, um exemplo é como a mulher negra é frequentemente retratada no carnaval.

As tentativas de apagamento da figura dos (das) negros (as) e o branqueamento da população brasileira demonstram que o Brasil nunca esteve perto do ideal de uma “democracia racial”. Sendo pertinente, de fato, recorrer a esta invenção como um mito, um pacto hipócrita estabelecido entre brancos para se isentarem da responsabilidade para com a histórica indenização devida aos atuais 56% da população brasileira, que cada dia mais vem tomando consciência de que é negra, não parda, não morena, não mulata, não marrom-bombom, mas sim negra de fato e, que compõe 93% dos pobres, indigentes e remediados.

A ideologia da democracia racial tentou e, via de regra, tenta vender um cenário de igualdade de direitos e de paz entre negros e brancos, que o Brasil é um país que não se divide em “facções” e raças, sendo todos humanos. Porém o que as estatísticas mostram é exatamente o contrário. Para a população negra no Brasil resta a rejeição ao desemprego estrutural, ao subemprego, a depauperação da mão de obra e da força de trabalho, o fracasso escolar, o mau estado da periferia, a criminalização da pobreza a ela infringida.

Esta escrita é o desdobramento de um esforço de revisão de literatura sobre a temática do Racismo Ambiental, por compreender que esta questão atravessa e determina a vida da população negra rondonopolitana e brasileira. Na primeira parte da dissertação procuraremos refletir sobre os impactos do Racismo Ambiental e suas relações com a branquitude e as implicações sobre as vidas jovens negras da periferia rondonopolitana.

No segundo fluxo da escrita, buscaremos apresentar uma reflexão sobre as relações de poder: biopolítica, biopoder e racismo ambiental, compondo a crítica sobre a constituição do cenário urbano rondonopolitano, a partir das seguintes interrogações: para quem este espaço foi (e é) pensado e planejado? Na busca por responder a estes questionamentos, arquivos digitais e físicos darão o suporte necessário para a demonstração de que há diferenciações nos planos urbanos de bairros considerados periféricos e não periféricos.

No terceiro e último ato, analisaremos o modo como o Racismo Ambiental é ocultado dentro do contexto do mito da democracia racial. Neste capítulo além do recurso a arquivos digitais e não-digitais empreenderemos um diálogo mais acentuado com autores decoloniais, o mesmo se dando nas discussões sobre os resultados da pesquisa.

## **FLUXO I – NEGRO DRAMA: REFLEXÕES SOBRE O RACISMO AMBIENTAL EM RONDONÓPOLIS-MT**

Debater o Racismo tem sido uma tarefa hercúlea, ao que parece desde que o negro foi sequestrado de África e escravizado no Brasil, onde o cenário desenhou a vítima como seu próprio algoz e o algoz como um benfeitor-tutor do bem, ‘o país das epifanias e prosopopeias flácidas teve sua história infundada em falsidades e mentiras’ como se pode observar em Barbosa (1985). O negro no Brasil não passa de um “esqueleto de armário” útil, às vezes, esquecido na maior parte do tempo.

No contexto da formação social do Brasil, o negro foi relegado de vaga lembrança a esquecimento total. O país de 519 anos de invasão europeia teve sua economia forjada no trabalho escravizado do negro por 317 anos, e parece viver uma amnésia branca sem fim, ao se esquecer de que a invasão foi patrocinada por uma cultura europeia assentada nos ideais do patriarcalismo, do cristianismo e do nomadismo. Cheik Anta Diop (2014) demonstra que a civilização africana é 50.000 mil anos mais avançada em relação à civilização europeia, tanto em termos de arranjos políticos, econômicos, agrários, como em termos filosóficos, culturais, médicos, escolares, religiosos.

A história do negro no continente americano (ao norte e ao sul), africano e europeu foi sempre demarcada por luta e resistência, desde a luta pela libertação dos negros (as) escravizados (as) nos Estado Confederados dos Estados Unidos da América, até a resistência oferecida pelo Quilombo dos Palmares, e ainda na luta pelos direitos civis contra o Apartheid. Alexander (2018) fornece o vislumbre da geração da história negra nos continentes e afirma que justamente dentro das lutas pelos Direitos Civis, nascem a primeiras preocupações com as políticas higienistas empregadas por diversos governos na modernidade, pós-modernidade e contemporaneidade.

Esse conjunto de políticas higienistas, a princípio, reunia negros, chicanos, afro-americanos, ameríndios em localidades periféricas das cidades, em guetos, ruelas, vielas, vilas, lugarejos e conjuntos habitacionais, criados para abrigar os corpos indesejados nos centros das cidades onde circulam “gente de negócios” e onde turistas gostam de se fotografar nos cartões postais das cidades. Assim, longe dos núcleos urbanos, esses lugares para gente não branca e predominantemente pobre foram criados sem nenhum tipo de estrutura, muitas vezes resultando somente de invasões patrocinadas por gente do próprio poder público.

Zaluar e Alvito (2006) mostram o pensamento predominante do poderio branco ao denunciarem que o documento resultante do Censo de 1948 classificou o povo negro da favela (pretos e pardos) como hereditariamente atrasado, desprovido de ambição, mal ajustado às exigências sociais modernas e que por justamente assim se encontrava na situação de pobreza que se encontrava.

Assim se contextualiza, de modo resumido, a formação do que muitos chamam de favelas, muquifos ou guetos. Não muito depois de criar estes locais, os próprios governos das cidades precisaram lidar com o problema de seus rejeitos que precisavam ser alocados em algum lugar, e não titubearam em jogar esses rejeitos e despejos nas circunvizinhanças das periferias.

Nasce, neste contexto, o cenário do que viria a ser conhecido como Injustiça Ambiental, agora substituído pelo que se denomina de Racismo Ambiental. Vale dizer que a nova denominação carrega consigo uma série de problemáticas que a individualiza em diversos países diferentes, mas no Brasil é facilmente denotado e caracterizado pelas grandes favelas e periferias das metrópoles e conglomerados urbanos, mas também nas cidades interioranas, que não deixam de ter suas periferias resguardadas das mesmas características dos grandes centros urbanos.

O conceito “racismo ambiental” se refere a qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, a pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor. Esta idéia se associa com políticas públicas e práticas industriais encaminhadas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas de cor. As instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares reforçam o racismo ambiental e influem na utilização local da terra, na aplicação de normas ambientais no estabelecimento de instalações industriais e, de forma particular, os lugares onde moram, trabalham e têm o seu lazer as pessoas de cor. O racismo ambiental está muito arraigado sendo muito difícil de erradicar. (BULLARD, 2005, p.20)

O conceito de Racismo Ambiental traz consigo uma série de dificuldades. É, dentro dos estudos raciais e em nosso entendimento, a tipologia de racismo que congrega toda a base do problema do negro, pois denuncia e caracteriza os agravantes que levam ao genocídio da juventude negra, em curso dentro das grandes e pequenas cidades brasileiras, desde o advento da colonização.

O Racismo Ambiental não diz respeito somente a problemas relativos ao ambiente, mas sim atinentes a toda falta de estrutura que engloba a esfera racial, política (poder), educacional e econômica que colocam a história do negro no Brasil num ciclo infundável da síndrome do cão que corre atrás do próprio rabo e nunca alcança.

Cabe mencionar que a branquitude é parte dos “instrumentos” ideológicos do que se chama de branqueamento, entendido como a própria imposição unilateral da vontade do branco europeu, macho e cristão nos trópicos, uma vez que não existia liberdade, democracia, debate e participação política, e que as relações estabelecidas com os povos originários e com os africanos escravizados era baseada em violências físicas e simbólicas, legitimadas pelo aparato religioso, que ainda hoje valida as ações e os pensamentos fundamentais que organizam e estruturam a dominação, a exploração, a opressão material e cultural sobre o negro.

Podemos afirmar que o Racismo Ambiental é alimentado por uma série de outros conceitos, definiremos os mesmos para que a discussão possa fluir e evidenciar as práticas de Racismo Ambiental.

Pouco se discutiu e estudou, em nosso entendimento, o meio ambiente e a gestão dos recursos naturais, tal preocupação é muito recente e tímida no Brasil, prova desta afirmação é que a primeira vez que o meio ambiente recebeu tratamento legislativo foi na Constituição Federal de 1988, com um capítulo inteiro dedicado ao tema que, apesar de novo foi e é considerado como sendo um dos mais completos entre todos os países; estando o Brasil entre as nações com os melhores códigos de proteção ambiental. Entretanto, por que o país passa por constantes dificuldades no assunto meio ambiente?

A concentração de capital e recursos naturais nas mãos de poucos empresários e instituições faz com que estes monopolizem os sistemas de produção a seu bel-prazer. Em sua obra, Penna (1999) mostra que com advento da agricultura em torno de 8.000 a.C. a população na Terra não deveria ser superior a dez milhões de pessoas; já na era cristã essa cifra se apresentava com cerca de 250.000.000 de populares que, em 1500 anos dobrou e, em apenas mais 300 anos constatava-se que o planeta já portava 1.000.000.000 de indivíduos, conforme documentos de 1800. Em pouco mais de um século já se contava com o número de 2.000.000.000 de pessoas em 1930; apenas 35 anos mais tarde e o planeta já atingia o seu terceiro bilhão de habitantes e; 1974 as cidades e campos comportavam 4.000.000.000 de pessoas.

Ainda Penna (1999) e menciona que em quatorze anos, ou seja, em 1987 a população alcançou cinco bilhões de indivíduos, o autor contava que em cerca de 30 anos a terra atingiria o sexto e o sétimo bilhão, o que ocorreu em menos de 24 anos, devido ao crescimento de 70% da população terrestre, sendo que em 2010 o planeta já suportava 7,2 bilhões de habitantes.

Ainda analisando a obra de Penna (1999), dessa cifra cerca de 80% habitavam os sítios urbanos, formando grandes conglomerados de cidades, com enorme contingente de habitações, pavimentações, desmate de extensas áreas para criação e plantio de safras; deixando sem habitat natural uma variada gama da biodiversidade, principalmente, animal. Com tal problemática da constante substituição dos ambientes naturais por ambientes urbanos, deparamos com fatores naturais apontados pela ecologia, entre os quais os fatores da resistência ambiental, que é recorrente a qualquer população que se sobressaia sobre as demais, ocorrendo, naturalmente, fatores como doenças, pragas, escassez de alimentos e até mortes.

A ciência da ecologia é evidente com relação ao fato de que toda população que sobressaia devido a vantagens em um esquema ou outro, enfrentará os fatores da resistência ambiental, um clássico exemplo disto são as constantes pragas e doenças em lavouras, que nada mais são que uma superpopulação ou superadensamento populacional dentro de uma dada área sobre determinada unidade de tempo. Com isto, fatores de regulação do tamanho de populações entram em ação, naturalmente, entre os quais predadores, parasitas (pragas), o alimento pode faltar devido ao contingente populacional excessivo, culminando com o fator morte.

Isso completa e explica o postulado por SILVA (2007) a “ideologia predadora” do capital nacional elitista e racista “prolonga-se por ano a ano a propagar o ideário de que os recursos naturais são de capacidade ilimitada de recuperação e infinitos” para que possam explorar e super-explorar sem sequer se dar ao trabalho de uma adequada gestão ambiental para manutenção dos recursos; mas não se nota que os recursos naturais somente teriam capacidade ilimitada de recuperação das nefastas investidas se houvesse racionalidade no uso destes e ética nas práticas propostas ao meio ambiente; assim sendo nossa práxis socioeconômica não faz uso da terra como um ser vivo e perecível.

Em segundo plano e agravando o quadro colocado, a concentração de recursos e riquezas nas mãos de poucos, que manejam o meio ambiente sem o devido respeito às leis naturais que regem sua recuperação, agravam a situação que vai tendendo a tomar proporções caóticas, exemplo disto é apresentado por Penna (1999) que observa que dois terços de 300 colheitas são sensíveis a luz ultravioleta de ondas curtas, entre as culturas estão os feijões, ervilhas, couve, mostardas, melões entre outros, gêneros alimentícios das classes populares tanto para consumo, quanto para geração de renda

própria e, devido aos interesses capitais que se sobrepõem ao bem estar humano, acabam sensivelmente afetados em sua essência produtiva.

As instituições a serviço do sistema mundo-capitalista, por sua vez, alegam que agredem o meio ambiente sem visão auto gestada para que se produza maior quantidade de alimentos à população que exponencialmente cresce ao longo dos anos. Na contramão dessa afirmação, Penna (1999) alega que a sobrevivência de uma população não está ligada tão somente ao consumo de proteínas vegetais ou disponibilidade destas; está sim ligada a densidade ótima de espaço vital para sua sobrevivência com ideais condições de educação, moradia decente, assistência médica, empregos adequados, acesso à água potável e saneamento básico e ambiental, ‘fatores que 85% da população mundial e inclusive o Brasil carece imensamente’. Além disso, a sociedade moderna tem cada vez mais se tornado excessivamente consumidora do supérfluo e descartável, aumentando consideravelmente as atividades industriais que têm produzido como nunca antes, o que gera uma quantidade quase que imensurável de resíduos líquidos, sólidos e gasosos.

O Ministério do Meio Ambiente, da Secretária Especial de Saneamento e Saúde – MMA/SESS, no Brasil, afirmou através do relatório anual de sustentabilidade de 2017, que em média cada unidade familiar com cinco pessoas, consome em média/dia 1000 litros de água, geram pelo menos 25,9 kg de lixo, cerca de 40 litros de esgoto cinza (cozinha, banho, entre outro) e mais 33,3 litros de esgoto escuro (uso do vaso sanitário); enquanto que o ideal seria somente a metade de cada um dos mencionados valores. Para alguns, o meio ambiente cobra tributos sobre o que lhe é subtraído e/ou alterado drasticamente, exemplo clássico disso são os surtos constantes de dengue no verão brasileiro, que tem “ceifado” muitas vidas, em geral de pessoas que moram nas periferias, tudo porque em um período anterior, o desmatamento excessivo destruiu o habitat natural do vetor da doença que, adaptou-se às condições urbanas, desenvolveu-se e trouxe a problemática hoje conhecida por todos.

Ainda nos termos problemáticos do crescimento dos sítios urbanos mundo a fora, está o êxodo rural recorde, que em menos de 60 anos registrou a migração do campo para a cidade numa cifra 81% de sua população, quando notados os dados populacionais das décadas de 1920, 1930, 1940 e 1950, verifica-se que nesse período o fenômeno se acentuou mais. Em alguns países isto se deu devido às duas grandes guerras mundiais, crises econômicas, desvalorização dos produtos campestres, a industrialização e relativa facilidade de vida nas cidades, a minifundização agravada

por grandes latifúndios a “cercar” pequenos produtores que por não resistirem à pressão e falta de capitalização, acabavam por vender suas propriedades aos mais capitalizados e migrando para os centros urbanos.

Em seu trabalho, o professor Pereira (2014) analisou que no Brasil não foi diferente, e tal fenômeno (pressão de produtores mais capitalizados sobre os menos capitalizados) ocorreu, principalmente, pela minifundização dos proprietários pequenos de terras que esquecidos pelo governo eram “sufocados” pelos latifúndios vizinhos que capitalizados tinham vantagens de mercado, garantias de preços e consequente poder de barganha, o que forçosamente fazia os pequenos venderem suas terras a baixos preços e, migrar para as cidades nem sempre tendo seus direitos essenciais respeitados, como por exemplo, a moradia; quase sempre esses ocupando as zonas menos nobres das cidades e, ‘trabalhando em empregos de baixa remuneração simplesmente fazendo parte do chamado “exercito de reserva” e mão de obra a serviço do capital e das grandes corporações exploradoras e geradoras verdadeiras do caos sócio-econômico-ambiental do planeta e, particularmente, no Brasil’. (PEREIRA, 2014, p. 13)

Fundamental ferramenta ideológica na política de branqueamento do Brasil, a branquitude desencadeia uma série de consequências radicadas e abarcadoras especialmente o racismo velado, sistêmico e institucionalizado, que não é um tema discutido com profundidade na análise histórica, crítica e sociológica da formação da sociedade brasileira. Os brancos não se enxergam como raça<sup>8</sup> social privilegiada em preterimento ao negro<sup>9</sup>, além disso Finch III (2009) mostra que Cheikh Anta Diop conceituou “nicho ecológico” correlacionando as circunstâncias geoambientais com a

---

<sup>8</sup> O Projeto Genoma Humano (1945-2001) mapeou e sequenciou o genoma humano, num grande esforço conjunto de vários cientistas, como um dos resultados, a pesquisa do genoma humano mostrou que não há diferenciação de espécies entre os humanos e, que as diferenciações de tons de pele se devem única e exclusivamente por adaptações geoambientais, não há raças biológicas. , para mais informações consultar: <http://genoma.ib.usp.br/sites/default/files/projeto-genoma-humano.pdf>. Desta forma quando se tratou de raça neste ensaio, se fez no tratamento histórico e social e não no em significado biológico.

<sup>9</sup> Como norma metodológica a ser observada [...], desejamos inicialmente recusar discutir as classificações comumente mantidas pelas ciências sociais quando tentam definir o negro no Brasil; [...] Ocorre que nenhum cientista ou qualquer ciência, manipulando conceitos como *fenótipo* ou *genótipo*, pode negar o fato concreto de que no Brasil a marca é determinada pelo fato étnico e/ou racial. Um brasileiro é designado *preto*, *negro*, *moreno*, *mulato*, *crioulo*, *pardo*, *mestiço*, *cabra* – ou qualquer outro eufemismo; e o que todo o mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de um *homem-de-cor*, isto é, aquele assim chamado descende de africanos escravizados. Trata-se, portanto, de um *negro*, não importa a gradação da cor da sua pele. Não vamos perder tempo com distinções supérfluas... (NASCIMENTO, 2016, p. 48).

cultura, demonstrou que o berço civilizatório europeu é nômade, exploratório e patriarcal.

(...) a Branquitude como um lugar de poder estrutural, a partir do qual o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo de posição confortável, podendo deste local privilegiado atribuir ao outro a responsabilidade que não deseja sobre si (...) (Frankenberg, 1999, p. 71).

É a existência do racismo que sopesa a atuação e o pensamento da “raça histórica branca” como inquestionável. Pautada por diversas ações críticas e desinteligências sobre a cultura e o modo de ser e do (a) negro (a), censurando muito do que este pensa ou faz, considera as críticas dos negros sobre os brancos como exageradas, assim como suas análises sobre o racismo, fazendo sempre questão de discordar do negro nessas elucubrações.

(...) Pessoas brancas em geral, sabem que são privilegiadas, mas precisam ignorar essa verdade, pois isso significa ter de se repensar e questionar se estão em um determinado lugar porque tem capacidades ou se porque no trajeto puderam contar com a eliminação institucional de pessoas negras aliadas ao favorecimento corporativo que a cultura brancocêntrica mantém naturalmente, silenciosamente. E continuam oscilando entre o masoquismo que mantém a culpa e o sadismo que cutuca feridas negras em nome do orgulho e do narcisismo que envolve os sentimentos de supremacia que essa camada social internalizou. (...) (BERTH, 2017, p. 81)

É através da manutenção do poder e do privilégio de ser branco, numa relação de dominação pautada pelo racismo, que este se recusa a pensar sobre o racismo enquanto uma relação que o coloca em plano de privilégios destacados lhe concedendo melhores empregos, melhor escolaridade, conseqüentemente melhor moradia, maior acesso a serviços de saúde básica e ambiental de qualidade.

Se os negros vivem nas favelas é porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e instrução adequada, a falta desta aptidão se deve a ausência de financeiro. (NASCIMENTO, 2016, p. 101)

Fica denotada a falácia apregoada pelo homem branco, qual seja que o (a) negro (a) vive em situação difícil porque é preguiçoso (a), pouco combativo (a), sem fé, de pouca sorte e de origem não trabalhadora. A própria configuração social do Brasil não permitiu ao negro acessar condições que o permitisse ascender socialmente e se igualar pela base.

Tais políticas patrocinaram e patrocinam uma verdadeira limpeza étnica no meio urbano brasileiro, fato que Arim Soares do Bem retrata bem quando dialoga sobre a centralidade dos movimentos sociais:

(...) o papel coadjuvante do organicismo de Albert Schaeffle , que compreendia a sociedade como um conjunto de órgãos em perfeito funcionamento, acoplando-se a esta compreensão o pensamento sanitário-higienista, que postulava a necessidade da prática social-terapêutica para exorcizar os órgãos “doentes”, discrepantes ou desviantes do conjunto de normas sociais (...) (SOARES DO BEM, 2006 p. 1141)

Nos primórdios do século XX já se pensava o que fazer com os corpos indesejados que tomavam conta das ruas, uma vez que após a Abolição o povo negro foi colocado à própria sorte para sobreviver numa cultura que não era a sua, sem acesso a capital de produção e a emprego, tendo em vista que o que lhe foi primariamente ofertado foi exatamente o subemprego instaurado pelo Darwinismo Social:

O nativismo deu, então, forçosamente, lugar ao eurocentrismo, que pulsava latente nas teorias evolucionistas. As concepções evolucionistas compreendiam a história como sendo produto de etapas fixas e imutáveis e, neste sentido, colocavam apologeticamente as sociedades européias positivistas como estando no “topo”, na etapa final do processo evolutivo, ao passo que encerravam as sociedades não europeias na categoria de “fósseis vivos” e as representavam como exemplares de estágios inferiores. (SOARES DO BEM, 2006, pág. 1142)

Deste modo, tudo o que não fosse europeu, branco, masculino e cristão era considerado atrasado, impuro, impróprio, de pouco valor, atribuindo como desajustado tudo aquilo que fugisse a lógica eurocêntrica. Foi no bojo dessas ideias que conceituações racistas nasceram e tiveram seu apogeu de modo a moldar e configurar o modus operandi da sociedade contemporânea:

Silvio Romero (1851-1914) (...) Convencido que estava da inferioridade “racial” do brasileiro (...) “tentará um esquema futuro que permita a integração do brasileiro no desenvolvimento racial da humanidade” e pretenderá “integrar o Brasil na civilização americano-européia do futuro” (...) Romero investe todo o seu otimismo num futuro a ser construído por meio do processo de “branqueamento” da população, e isso poderia ser alcançado pelo fomento à imigração européia para corrigir a degeneração “racial” que, no seu entender, explicava o atraso do Brasil. A influência de Silvio Romero foi tão grande a ponto de estimular o recrutamento de imigrantes em vários países europeus, dando início a uma nova fase imigratória que somente será interrompida com o processo de nacionalização da mão-de-obra, introduzido por Getúlio Vargas na década de 30 do século XX. As consequências da ideologia do “branqueamento” tornaram-se bastante visíveis a partir do início do século XX, levando ao exercício de práticas assimilacionistas sobre a população afrodescendente, bloqueando o afloramento de uma consciência mais resistente entre esta e contribuindo, ao mesmo tempo, para instituir o mito da democracia “racial”. (SOARES DO BEM, 2006, pág. 1142)

Neste contexto está desenhada grande parte do cerne do problema racial enfrentado pelo negro brasileiro, que ora hostilizado como razão da derrocada de todo um país, passa a ser depois “querido”, mas de longe, na instituição de uma forma de discriminação “amigável”, numa rejeição velada bem ao estilo racismo à brasileira, através de uma suposta democracia racial que tenta esconder todos os crimes cometidos contra um povo por mais de três séculos tendo por base sua origem e cor de pele.

As duas primeiras décadas do século XX foram importantes não apenas para o desenvolvimento de uma nova racionalidade dos movimentos sociais, mas também para a implantação de uma nova racionalidade estatal (...) na década de 1910 pode-se ressaltar a preocupação dos planejadores urbanos, principalmente no Rio de Janeiro, em atrair o capital estrangeiro. O pensamento sanitário-higienista introduzido no século XIX encontrou, assim, os canais práticos para ser amplamente executado. Iniciou-se um verdadeiro “saneamento” urbano, com a retirada de pobres, mendigos e andrajosos concentrados nas ruas. Muitos desses elementos, vistos como nocivos à ordem social eram patologizados – num evidente processo de naturalização da pobreza – e lançado nas instituições de “correção”. Incluem-se aí crianças e adolescentes pobres, que, desde o início da colonização, foram e continuam sendo sistematicamente desrespeitados em seus direitos fundamentais. (SOARES DO BEM, 2006, pág. 1144)

Essa mesma metodologia higienista, racista de formação e presente no planejamento urbano é empregada não somente em grandes cidades brasileiras, mas também no interior do país. Caracteriza o racismo ambiental não somente as péssimas condições de vida, a precarização dos serviços de saúde e meio ambiente, mas também a desestruturação urbana, pavimentação de baixa qualidade, falta de escolas e creches, o desemprego estrutural e os inúmeros problemas associados a segurança pública.

O processo de formação das periferias urbanas em cidades interioranas não é muito diferente do que ocorre nas grandes cidades, os pressupostos presentes na tomada de decisão são os mesmos, ou seja, uma política higienista que visa repelir o indesejado das áreas nobres, de alto valor e interesses econômico e imobiliário. Somam-se a isto iniciativas que partem de ordenamentos jurídicos que retiram posseiros de “ocupações” ilegais em áreas de proteção permanente-APP’s, e também controlam o fluxo de imigrantes que chega a todo instante na cidade, trazidos para o trabalho em indústrias da região e que por vários motivos acabam sem emprego, sem renda, sem teto.

São esses corpos indesejados que acabam ocupando as ruas, os centros urbanos, causando ao dominador a repulsa, e este, ao elaborar o planejamento urbano coloca essas pessoas para fora dos centros, alojando as mesmas em grandes bolsões,

nas periferias e também nas zonas périurbanas, nos conjuntos habitacionais, nas ocupações, nas “moradias populares” marcadas pela desestruturação geral

(...) não passavam de ruelas de terra ou lama [...] em vez de rede de esgoto, havia apenas algumas valas, em geral abertas ou mal fechadas com lajes; havia pouca ou nenhuma água, com algumas bombas públicas onde se formavam filas desde a manhã, bem cedo. A iluminação pública estava reservada aos bairros europeus. O excesso de população criava um grande risco para a saúde. (DAVIS, 2006, p. 62)

Apesar da citação acima se referir a uma cidade africana, cenário semelhante pode ser encontrado na cidade de Rondonópolis, município repleto de bairros que nasceram, inclusive por incentivo público, sem nenhum tipo de estrutura, nem mesmo de água potável encanada. Silva e Monteiro (2011) trazem estudo de caso sobre o bairro Alfredo de Castro, que nasceu sob incentivo da Secretaria Municipal de Habitação, que por decreto executivo comprou 110 lotes rurais e o gestor da pasta no ano de 2010 simplesmente ordenou que as famílias entrassem nos lotes a qualquer custo, mesmo que em barracas de lona, afirmando que posteriormente a prefeitura levaria infraestrutura e alvenaria para as casas. Fato é, que à época da pesquisa, o bairro sequer contava com asfalto, tal pavimentação chegou de forma pífia recentemente no ano de 2019, depois de mais de 10 anos de sua ocupação. As casas construídas que existem no bairro foram construídas pelos próprios moradores, em suma o bairro não foi planejado para pessoas viverem ali na plenitude do usufruto de seus direitos humanos.

Na verdade, essa recusa quase universal de oferecer até infraestrutura sanitária mais rudimentar a esses bairros (...) era mais que avareza; simbolizava de forma pungente a falta de qualquer direito a cidade por parte de povos nativos. (DAVIS, 2006, p. 62)

Na citação acima Mike Davis reflete sobre a problemática enfrentada por povos originários sul-africanos, afro-americanos e outros povos originários, se aplica muito bem na questão do tratamento dispensado ao povo negro na cidade de Rondonópolis. Numa cidade em que 55% da população se autodeclara negra, 85% deste contingente está colocado em situação de absoluta falta de estrutura, ambiente hostil a saúde, habitações precárias, alvos primários da chamada problemática da segurança pública. Cidade que de cada 7 jovens mortos 4 são negros, não há como negar que toda essa reação em cadeia tenha haver com o que se denomina Racismo Ambiental.

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamentos: desde antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos habitacionais (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (GONZALEZ, 1982, p. 15)

O verso abaixo ilustra nossa afirmação:

(...) O trauma que eu carrego  
Pra não ser mais um preto fodido  
O drama da cadeia e favela  
Túmulo, sangue (...) <sup>10</sup>

Certamente as condições psicossociais que envolvem a constituição da figura do homem e da mulher negra na sociedade deixa não somente marcas físicas, mas um trauma histórico. O que se vê e se reconhece como negro na sociedade Brasileira, é uma figura distorcida criada por uma sociedade branca que não reconhece sua culpa histórica na fabricação e permanência de práticas racistas em todas as suas formas. É extremamente difícil não ser mais um “Negro Fodido” no Brasil e, em especial em Rondonópolis.

A afirmação acima não é leviana, basta observar que em Rondonópolis o índice de evasão escolar entre as crianças, jovens e adultos negros é seis vezes maior que entre os brancos. Levantamento realizado pela Pesquisa Nacional de Análise de Domicílios – PNAD-2018 demonstra ainda que na cidade o desemprego entre jovens negros registrou 41,3%, e de 13,7% para jovens brancos na mesma faixa de idade.

Até onde estudamos, não encontramos registro de que tenha havido em algum momento da história brasileira, propostas e decisões de governo preocupadas em propor políticas voltadas para a população negra do país, afim de que esta pudesse ter condições mínimas de ascensão social, de melhores condições de moradia, educação, serviços de saúde e infraestrutura básica.

### **1.1. O Racismo Ambiental e o Processo Educacional em Rondonópolis**

Para Bullard (2005) racismo ambiental seria qualquer prática direta ou não direta por meios políticos ou de qualquer natureza que viesse ou venham de alguma

---

<sup>10</sup> BROWN, M.; ROCK, E., 2002, Cosa Nostra Fonográfica CD. Música Negro Drama Racionais MC's.

maneira afetar negativamente pessoas de “raça” <sup>11</sup> negra, indígenas, o que pode ser feito para benefícios econômicos em geral para empresas, corporações ou mesmo pessoas das mais altas classes.

Observa-se que no Brasil para a implantação de empreendimentos de grande porte, como usinas hidrelétricas ou aterros sanitários deveria, por exemplo, haver elaboração e análise de parâmetros técnicos como geologia local, biodiversidade, recursos aquáticos, além de levar em consideração também os aspectos sociais e econômicas que serão afetadas pela atividade pretendida, tudo isso é posto em uma Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) que engloba um Estudo de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA). Entretanto, a controvérsia se verifica, quando se envolve interesses e grandes quantias em dinheiro, nem sempre as corporações são idôneas no que apresentam, alguns riscos são ignorados e acabam mergulhando populações inteiras em problemas graves de saúde ambiental como a ocorrência de doenças evitáveis, superpopulações, falta de empregos, falta de moradias, baixo nível de educação, entre outros fatores.

Os crimes ambientais de Mariana-MG (2015) e Brumadinho-MG (2019) foram configurados em duas importantes pesquisas como racismo. A primeira de Wanderley (2015) situou em seu relatório técnico baseado em pesquisa de dados censitários colhidos localmente, que 73,75% da população de Mariana-MG e os povoados vizinhos era composta por pessoas negras, sendo estas as que ‘mais foram afetadas com as perdas humanas (19 perdas diretas), materiais, simbólicas e psicológicas’. Em Brumadinho-MG, Magno (2019) mostrou em levantamento local feito 3 meses após o rompimento da barragem que ‘63,8% da população atingida pelos desdobramentos deste “acidente” era de pessoas negras’ e acusou ainda que para estas pessoas a renda média auferida era de R\$ 475, 25; isto é, 47,6% menor que o salário mínimo do período que era de R\$ 998,00 (com 259 perdas diretas identificadas e 11 desaparecidos até o mês de janeiro de 2020).

PACHECO (2009, p. 03) descreve o racismo ambiental como sendo ‘injustiças de cunho socioambiental que recaem sobre etnias e populações vulneráveis’. Exemplo

---

<sup>11</sup> Neste trabalho ao deparar-se com o termo Raça, este sempre será empregado no sentido de demonstrar que há um sistema de raças sociais e não biológicas. O Programa Genoma Humano no ano de 2001, comprovou a existência de apenas uma raça de homínídeos o *Homo sapiens sapiens*, independente de cor de pele, credo, opção sexual, ou qualquer outro fator.

disso são as favelas de metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, que só no ano de 2017, segundo o Programa Nacional de Análise do Domicílios-PNAD, comportavam 23 milhões de pessoas e cresciam a uma taxa de quase 100% ao ano, ou seja, recebiam mais 23 milhões de habitantes no ano seguinte.

Esse quadro é resultante de uma série de desrespeitos a necessidades primordiais de toda pessoa e uma agressão aberta aos direitos fundamentais assegurados a todo e qualquer brasileiro pelo artigo 3º da Constituição Federal, que reza claramente que todo cidadão brasileiro tem direito a moradia, educação, lazer, saúde, ambiente, segurança, emprego, alimentação amplos e de qualidade. No entanto quando se trata da população negra brasileira, verifica-se que ela permanece sendo colocada na base de todo e qualquer processo social e recebendo sempre as migalhas, numa evidente afronta aos seus direitos, através de políticas genocidas implementadas por um Estado que desrespeita e nega seu direito à existência.

Esta reflexão sobre o racismo ambiental no município de Rondonópolis está representada em números e documentos da Pesquisa Nacional por Análise de Domicílio de 2017 – PNAD-2017. A pesquisa apontou que em Rondonópolis, um total de 1.232 jovens de 14 a 18 anos estava fora da escola, deste número 43% eram jovens negros que não terminaram o ensino fundamental e abandonaram a escola, entre os motivos alegados para tal situação estavam a estrutura física e educacional da escola, a distância da escola para o bairro, trabalho, gravidez precoce, tráfico de drogas.

Os dados da pesquisa, acima mencionada, trazem luz sobre uma realidade denunciada no filme Cidade de Deus<sup>12</sup> (aprofundaremos a análise do filme adiante). O longa-metragem narrado pelo olhar do próprio afetado pelas mazelas sociais, pela marginalização, empobrecimento e criminalização do negro, pela retirada dos espaços de sobrevivência, evidencia que 90% das pessoas que ocupam estas áreas e propriedade abandonadas são negras. Segundo trabalho de Frangella (2004, p. 82), “corpos errantes” e figuras indesejadas são retirados para bairros criados como grandes depósitos ou despejos populacionais e, tudo que der errado vai fazendo com que esses locais sejam utilizados para uma espécie de “desova” de pessoas’. A principal marca desses locais é a falta de dois aspectos básicos para a sobrevivência: a ausência de serviços básicos de saúde e a ausência de escolas.

---

<sup>12</sup> Cidade de Deus. Direção: Fernando Meirelles, Kátia Lund. Brasil, 2002, DVD

Quanto aos estabelecimentos de ensino, os dados de Censo Escolar-2016 sobre Rondonópolis, assinalam que os bairros periféricos concentram pouquíssimas escolas. 55% do total das escolas de formação básica estão nas áreas centrais e mais estruturadas da cidade, já pesquisa realizada pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Rondonópolis-MT, aponta que a maioria das escolas está em bairros cuja estruturação populacional têm rendimentos melhores<sup>13</sup>. Gráficos de rendimentos por bairros periféricos e não periféricos, mostram diferenças evidentes, por exemplo, entre os bairros Parque Universitário e Vila Aurora I. O primeiro é formado por uma classe trabalhadora de ganho médio mensal, por unidade familiar, de R\$ 1.500,00; enquanto que no segundo bairro essa média foi de R\$ 6.000,00 por unidade familiar<sup>14</sup>. No bairro Parque Universitário há duas escolas municipais de educação infantil e uma escola estadual de ensino médio. No que concerne a estrutura das escolas, a escola de domínio municipal tem uma melhor estrutura física, porém anualmente ocorre o problema da falta massiva de pessoal para trabalho (professores), o que gera atraso nas aulas, mau gerenciamento do tempo e do currículo<sup>15</sup>. A escola estadual que oferta ensino médio para jovens a partir dos 14 anos apresenta uma estrutura física muito ruim, uma evasão escolar média de 20%, uma relação numérica de professor para grupo de discentes de 1/180<sup>16</sup>.

No bairro Vila Aurora há oito escolas, destas pelos menos 4 são escolas particulares que oferecem do ensino infantil até o ensino médio, com um currículo composto por aulas de até três idiomas, assistência psicopedagógica e psicológica, atividades extracurriculares diversas, assistência de reforço e formação pré-vestibular<sup>17</sup>.

Tais disparidades saltam aos olhos quando observamos as estatísticas de desemprego na cidade de Rondonópolis. A PNAD-2017 que tratou sobre o emprego dos jovens negros e não negros na cidade de Rondonópolis, constatou uma tendência de seguimento do panorama nacional, pois no município 60% dos jovens negros (faixa de idade de 16-30 anos) estavam desempregados, deste numerário 93% habitava as

<sup>13</sup> Disponível apenas para livre consulta no arquivo público municipal de Rondonópolis-MT.

<sup>14</sup> Padrão modal de unidade familiar considerado na pesquisa de 5 pessoas por família.

<sup>15</sup> Para maiores detalhes consultar <https://www.agoramt.com.br/2017/02/secretaria-de-educacao-afirma-que-ainda-nao-tem-calendario-de-reposicao-de-aulas-atrasadas/>, consultado em 12/02/2019 as 03h55min.

<sup>16</sup> Maiores informações em <http://www2.seduc.mt.gov.br/-/8221360-censo-escolar?ciclo=>, consultado em 11/01/2019 as 19h55min.

<sup>17</sup> A título de exemplo está a apresentação on-line feita por uma das escolas do mencionado bairro em sua home page <http://www.cieducando.com.br/home>, consultado em 12/02/2019 as 21h47min.

regiões periféricas da cidade. Já a população jovem não negra do município expressou taxa de desocupação na ordem de 20%. Levantamento realizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Rondonópolis, mostra que 95% das pessoas residentes no bairro Parque Universitário consultadas na pesquisa se declararam negras, em contraponto ao bairro Vila Aurora, onde 75% das pessoas consultadas se declararam brancas.

O racismo ambiental desempenha um papel fundamental no empobrecimento contínuo e sistêmico da população negra em Rondonópolis, pela própria ingerência e sentimento de indiferença característicos da branquitude.

Em Rondonópolis, assim como no restante do país, aos negros são relegados os piores espaços sociais. Com planejamento ou sem planejamento, estes espaços parecem ser fabricados para projetar um sentimento de inexistência, invisibilidade, algo espúrio e indesejado no cenário urbano.

Os dados mostram que no município, quando o bairro periférico não apresenta em seu cenário uma escola em péssimas condições, a escola destinada a acolher as crianças e jovens do bairro, em geral, se localiza longe, fora do alcance da juventude negra, ou com acesso dificultado, o que faz com que as crianças e jovens negros não tenham a mínima condição de se colocar em pé de igualdade com o branco. Por outro lado, em algumas escolas, o serviço é de tão baixa qualidade que pouco instiga o jovem negro a permanecer neste local, resultando no abandono escolar, e conseqüentemente, levando a pobreza e marginalidade estrutural. Diferente do que se possa pensar, isso necessariamente nada tem haver com escolas e professores, mas com o cenário criado para se inserir estas escolas, em termos biopolíticos, quando pensamos a estrutura escolar esta deveria buscar promover educação de qualidade que propiciasse ao jovem negro periférico ter mínimas condições para ascender socialmente, porém os dados traduzem que a realidade é totalmente outra.

## FLUXO II – POR QUEM E PARA QUEM É PLANEJADO O ESPAÇO URBANO? UMA REFLEXÃO SOBRE O RACISMO AMBIENTAL EM RONDONÓPOLIS

O Mar – Ba Kimbuta<sup>18</sup>

Então Tá junta o sentimento e vamos ver quanto dá  
 Divide o sofrimento pra quem sabe igualar  
 Se é hora da revanche é necessário tomar,  
 Os boy sentou na mesa e nem chamou para um chá  
 Sempre me Explorou e acumulou pra gastar  
 Desceu pra Bertiooga pro seu rabo saltar  
 Enquanto sua filha minha mãe vai cuidar  
 Primeiro de Janeiro e o arrombado vai tá  
 De branco por fora pronto para saudar  
 As dívidas com o pobre e com a Mãe Iemanjá  
 Mal sabia ele do outro lado “nóis” tá  
 Imensidão de Preto pronto para cobrar  
 Nunca imaginou que eu fosse do: Mar  
 São sentimentos para todos “poder”sentir  
 Pra resgatar, rasgar, rever e resistir  
 Quem sempre quis nos derrubar, no Mar  
 São sentimentos para todos “poder”sentir  
 Foi cemitério de quem não foi bem vindo aqui  
 Meus ancestrais estão no Mar  
 Lavando a ponta dos pés na beira do mar  
 As gota do Mar naufrágio, a revolta  
 O gosto é salgado, é sabor de derrota  
 Tempera o rancor, mistura de dor  
 Venceu o opressor, deu outro sabor  
 Pois a menina cresceu sem saber que era má  
 Sem saber que era seu um pedaço do Mar  
 Não soube lava pra purificar  
 Nem oferendar a Iemanjá  
 E veste essa coroa que é esse seu manto  
 Mas nunca desceu as curvas de Santos  
 Não foi pra você o sabor reveilion  
 Não foi pra você saber que era bom  
 Tem sentimento na alma que o senhor não comprou  
 Ela é gilete que corta, é carne que sangra é bomba caseira feita em Ruanda  
 Ela é mandinga de Preto em terreno Malê  
 Ela é flechada na testa que racista nem vê  
 E como hoje é ímpar e amanhã vai ser par  
 Se pá, luminar, inala o vapor e faz o tempo pará  
 Tenha a vingança no brilho e o brilho no olhar  
 É uma questão de chegar  
 Nunca imaginou que eu fosse do Mar...

<sup>18</sup> Álbum: Universo Negro Paralelo, 2012.

Os versos que epigrafam este fluxo traduzem o sentimento de ser negro na conjuntura social brasileira, em especial, em Rondonópolis-MT, sentimentos que fluem realmente como um mar de acontecimentos permeados por rebaixamentos e inserções pela base a que somos submetidos no crivo socioeconômico. É a mulher negra que deixa sua família na periferia para cuidar da criança não negra nos bairros não periféricos, para no final do dia receber por isso ganho abaixo de linha da pobreza. É ser indesejado ou estranho quando entra em locais públicos que foram planejados para pessoas brancas.

A existência humana e suas inópias e decorrências adquiriu *status* de fator decisório na política desde a modernidade. O gerenciamento sobre vidas se tornou de modo basal na política, importando a deliberação sobre promover a vida ou deixar morrer a cargo dos detentores do poder. Neste pano de fundo o direito à existência ou inexistência, inclusão e exclusão, figura o que se define como biopolítica.

No quadro configurado da biopolítica, o racismo contrai novos aspectos e adota função de destaque, principalmente no que concerne a sua interface ambiental. O racismo ambiental excede os motes simplesmente raciais e étnicos, compreendendo injustiças, preconceitos e a desigualdade que amargura parcela da população vulnerável.

São desentranhadas as relações entre os incluídos e os excluídos, entre a existência, que é política, e a vida prática que não é ensinada nem vista nos romances sociológicos (o *homo sacer*<sup>19</sup>), entre os que são cidadãos e os considerados sub-cidadãos, entre aqueles detém o poder de oprimir e os que são oprimidos, entre contidos e os recusados. Fato é, que o conflito de interesses entre esses lados pode ser elevado ao limite do combate ou suavizado conforme as determinações biopolíticas daqueles que detém o poder decisório. A distinção humana e a equidade se contrabalançam na tênue e frágil linha das analogias de poder frente à posição de ressalva e restrição que é tomada como normalizada.

Neste cenário de ausência total de justiça socioambiental e supressão de direitos se conforma o episódio ambiental no Brasil. Nacionalmente podemos ilustrar como símbolos da caracterização de excluídos ambientais, a população negra das favelas cariocas e paulistanas que em seu cotidiano padecem de doenças evitáveis,

---

<sup>19</sup> Em tradução literal é o homem sagrado ou o homem que pode ser julgado pelos deuses, usado na obra de Agamben para ilustrar o homem jurídica e politicamente apto para o exercício de seus amplos direitos, por não ser naturalmente desprovido de direitos constitucionais, legislativos e imperativos básicos. (AGAMBEN, 2004, p. 11).

desemprego estrutural, fracasso escolar, e sofre ainda com a violência das forças de segurança pública.

O quadro acima mencionado não é diferente nas cidades interioranas do Brasil, em particular da cidade Rondonópolis-MT. A cidade tem bem delineado em sua formação o alinhamento para aqueles que estão incluídos e bem-vindos no cenário urbano e, traz um tratamento sintomaticamente apático para os excluídos e indesejados no panorama de circulação urbana no município.

Coincidentemente, ou não, há dados suficientes para que o poder público, em suas diversas esferas, resolva a problemática da exclusão ambiental, porém historicamente há uma insistência na manutenção dessa política de abandono, que cunha o conceito de racismo ambiental no Brasil e, para que esta questão central seja explicada é necessário que seja devidamente descrita e esboçada as relações de poder circunscritas ao fenômeno do racismo ambiental.

Por exemplo, em Rondonópolis-MT no mês de junho de 2019 foi publicada no jornal Gazeta Digital uma matéria com o tema: “Rondonópolis tem o melhor saneamento do Centro Oeste”, ora pela Pesquisa Nacional de Análise de Domicílios-2018, a PNAD Contínua mostrou que 84% dos bairros rondonopolitanos não possuem acesso ao adequado tratamento de esgoto sanitário, sendo as fossas sépticas e/ou sumidouros a principal forma de disposição desse esgoto, não nos esquecendo do grande esgoto a céu aberto que corta o bairro jardim Ipanema e deságua no Rio Vermelho, bem como do insuportável odor que toma conta do bairro Vila Romana vizinho da famigerada Estação de Tratamento de Esgoto Municipal de Rondonópolis-MT, que por algumas vezes despejou esse esgoto cru no Rio Vermelho<sup>20</sup>. Certamente esse melhor saneamento mencionado não abarca a vivência da população da periferia de Rondonópolis-MT.

Agamben (2010) traz a lume as considerações feitas pelos gregos sobre as diferenciações entre os conceitos de *bíos* e *zoé*. *Bíos* sugeria o modo ou costume de vida característico de um sujeito ou de uma sociedade ou ainda de agrupamentos dentro desta sociedade. *Zoé* se referia ao singular evento da vida e do viver corriqueiro a todos os seres vivos. Na idade clássica, os gregos distinguiram a simples vida como fenômeno natural, e o advento de estar vivo. Ter a condição de um ser vivo e ter

---

<sup>20</sup> <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/rondonopolis-tem-melhor-saneamento-do-centro-oeste/582084>; consultado em 10/08/2020 às 23h15min. <https://www.agoramt.com.br/2019/08/esgoto-e-lancado-no-rio-vermelho-e-moradores-reclamam-de-mau-cheiro/>; consultado em 10/08/2020 às 23h22min.

qualificada a vida, o estilo de vida, excetuando a *zoé* da política formavam um contexto de vida na *pólis*.

Agamben (2010) mostra ainda que na modernidade, a vida nua (*zoé*) se decompõe em fator político importante, até mesmo, fundador de governos totalitaristas, como é o caso do nazismo. A *zoé* no campo da *pólis*, a politização da vida nua como compõe o episódio determinante da modernidade, e marca a mudança radical das classes político-filosóficas do aforismo clássico. O ser humano adveio para ser pensado como espécie e as relações dos seres humanos em comunidade (sociedade, meio social) e com o meio ambiente, considerando os motes naturais e biológicos que comprometem as populações (doenças evitáveis, morbi-mortalidade, controle de natalidade, acesso a serviços básicos de saneamento ambiental e básico, educação e renda) se volveram fatores políticos e decisórios e não mais, exclusivamente, populacional.

Para Perbalt (2003) as deliberações políticas dos Estados decorrem das precisões e necessidades da vida humana. A vida como elemento natural entrou na história, isto é, fenômenos da espécie humana ingressaram na camada do saber e do poder, na arena dos artifícios políticos. O gerenciamento da vida se contornou imperativo no aparelhamento político atual.

Para Foucault (2008) biopoder é o contíguo dos organismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, compõe seus predicados biológicos basais vai poder ingressar numa política ou ainda numa tática política comum e individual de poder e biopolítica, como dissertado a seguir:

(...) trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos [...], constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (...) (Foucault, 2005, p. 289).

É justamente no que pode ser definido como gestão da vida ou gerenciamento da vida e seus mecanismos que a biopolítica possui incumbência em estratégias implícitas e explícitas de tomar para si o poder decisório sobre a vida que deve existir, como existir e onde existir. Para Perbalt (2003) é o poder regido por quem domina, de “homem vivo” para “homem vivo”, decidindo sobre processo de produção de vida, produção de doença, nascimento e morte.

O racismo que direcionou a sociedade escravocrata brasileira, onde senhores brancos tinham o direito de vida e morte sobre negros escravizados em nada mudou, pois na sociedade contemporânea o poder político e financeiro (que permanece em mãos brancas) é fator decisório sobre vida e morte do povo negro. Desta forma, pensamos que há a manutenção do direito/poder de decidir sobre quem deve existir na sociedade nunca saiu das mãos da gente branca. O racismo é ferramenta de conservação de poder, se instituiu como política (vide as leis do sexagenário, a constituição de 1824 que previa escolarização de toda a população mas excluía os escravizados; a lei do ventre livre de 1871, a lei nº 3.353 de maio de 1888 que instituiu a Abolição da Escravidão sem que houvesse nenhuma reparação e integração do povo negro a sociedade, o decreto 528 de 1890 que proibia a entrada de africanos no Brasil, entre outras leis), e garantiu o poder nas mãos da população branca.

Educação, renda, habitação, fome, saúde pública, epidemias de doenças evitáveis, natalidade, mortalidade, imigração, racismo, emigração, xenofobia são dificuldades biopolíticas encarados pelo governo brasileiro e que incidem muito na tomada de decisões.

Carneiro (2011) mostra que o poder é emanado como domínio, que se amplia pelas particularidades da consciência e dos corpos da população, ao passo, do andamento do conjunto das relações sociais. A gestão da vida, particular e/ou socialmente ponderada, se tornou importante na *modus operandi* dos governos.

O quadro geral do biopoder e da biopolítica mostra faces que o racismo toma, entre esses, figura o racismo ambiental. Fugindo do paradigma único definido por muitos como apenas discriminação racial, os axiomas criados se estendem além de injúrias e olhar enviesado e passa a diretamente afetar os direitos à existência, ocupação de espaço, e provoca a racialização do espaço tomando como base a origem do indivíduo, sua cor, sua renda, seu nível educacional, como fatores decisórios para definir quem ocupa locais ambientalmente protegidos e desprotegidos, em síntese, definindo aqueles que se enquadram como incluídos e excluídos.

Diante do exposto até aqui e analisando as relações sociais perpassadas historicamente no processo de formação do cenário social brasileiro e, particularmente rondonopolitano, se despe uma realidade que traz à tona a normalização do tratamento desigual, da racialização dos espaços urbanos, da higienização social, enfim do racismo tornado natural, principalmente, no modo como o racismo ambiental é notado como algo acomodado e não estranho nos cenários sociais mencionados.

Herculano (2008) relata que há no Brasil uma grande resistência ao trabalho com a terminologia do racismo ambiental, quase sempre, se optando por trabalhar e crivar as ações emanadas por esta faceta do racismo como injustiça ambiental, entretanto, esta última não é uma causa e sim uma consequência do tratamento dispensado dentro do racismo ambiental àqueles ambientalmente desfavorecidos, desta forma é importante salientar que a injustiça ambiental é caracterizada como:

(...) “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis.” (...) (Declaração da Rede Brasileira de Justiça Ambiental in. HERCULANO, 2008, pag. 01)

Conforme citado anteriormente e ainda sob o lume apontado por Herculano (2008) os movimentos por justiça ambiental tiveram seu início na década de 1980, ainda na seara dos movimentos por direitos civis da década de 1960, nos Estados Unidos, quando a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos – EPA tinha que resolver o problema do descarte de resíduos tóxicos de bifenil-policlorado – PCB, conhecido com Ascarel<sup>21</sup>, e tomou a decisão de realizar o descarte nos denominados aterros controlados, localizados na região de Warren County, Estado da Carolina do Norte, região conhecida por ser um reduto de moradores afro-americanos. Protestos e denúncias da comunidade negra, levaram a descobertas de que mais de 75% dos aterros para despejo dioxinas estavam sendo alocados em bairros habitados por negros, que viviam então, sobre solos contaminados.

Nasce neste bojo o conceito de racismo ambiental que abarca o conjunto de fatores antrópicos e de impactos ambientais que degradam a saúde física e afetam parcela da população baseada em sua cor, raça, e ocupação espacial urbana através de políticas públicas combinadas com práticas industriais, trazendo uma alta oneração ambiental para grupos ambientalmente desfavorecidos por estas práticas, que afetam diretamente a relação que a comunidade possui com o ambiente. (BULLARD, 2005, p. 20)

Ao refletir sobre o racismo ambiental no município de Rondonópolis diversos fatores saltam aos olhos, pois percebemos não apenas a exclusão ambiental dos

---

<sup>21</sup> Composto contaminante ambiental largamente utilizado na indústria de óleos sintéticos, fluidos dielétricos de transformadores, tintas e adesivos, também são chamados genericamente de dioxinas, considerados contaminantes desde a década de 1960 por seu alto potencial carcinogênico, para mais informações consultar <<https://www.ecycle.com.br/3020-ascarel-pcbs>>, acessado em 01/06/2019 as 01h43min.

indivíduos em condições de ambiente contaminado, mas o racismo ambiental, que é ferramenta primária no empobrecimento sistêmico da população negra rondonopolitana, uma vez que o poder exercido pelas instituições públicas que decidem sobre a vida dos dominados não contempla o negro na base de seu planejamento urbano. Analisando a questão dialogando com Agamben (2010, p.65) podemos notar que o problema não abarca somente o fator decisório de alocar em locais ambientalmente desfavoráveis o negro rondonopolitano, mas também o padecer do negro de estar em uma cidade que não foi planejada para a existência de sua figura, uma vez que no modo como nascem os bairros na periferia este indivíduo e está privado de educação, logo não terá renda por sua baixa capacitação, sem renda o mesmo será inserido na moradia que conseguir conceber.

Por mais que muitos tentem ‘não adquirir contendas’ e por ser complexa a análise sobre as relações estabelecidas pelo racismo ambiental, não há como omitir os marcadores raciais na ocupação do espaço urbano de Rondonópolis e omitir ainda mais as relações de poder que se desdobram nas observâncias diferenciais existentes entre incluídos e excluídos.

## **2.1. Biopolítica, Biopoder e Racismo Ambiental em Rondonópolis**

A formação social do cenário rondonopolitano é marcada por uma ocupação territorial recente e diversa (70 anos), de população formada essencialmente por descendentes de imigrantes nordestinos (particularmente baianos e mais recentemente maranhenses), mineiros, goianos e sulistas, a cidade tomou contornos maiores em seu cenário urbano com a aceleração da fronteira agrícola do centro para o norte do país (NEGRI, 2008, p. 38).

Conforme Negri (2008) Rondonópolis recebeu, particularmente nas décadas de 1970 a 1990 um grande número de pessoas do sul do país, chegando através de incentivos governamentais, com capital e garantia de terras (meio de produção) para desenvolvimento da agricultura tecnológica. Segundo o autor, nesse período, a cidade era mantida pela agricultura familiar e pelo extrativismo de pedras preciosas nas regiões adjacentes à cidade e também nas cidades vizinhas (Guiratinga e Poxoréu), contudo no processo da aceleração temporal da fronteira agrícola, os moradores que aqui estavam não tiveram seus interesses consultados, não receberam os incentivos financeiros governamentais, estes últimos foram ofertados aos imigrantes sulistas, muitos provenientes inclusive de fora do Brasil como os descendentes de alemães e

italianos, que chegaram a Rondonópolis com capital e meios de produção em mãos, ambos garantidos pelo governo. Para pensar as estratégias de poder, Sueli Carneiro ao considerar Michel Foucault, sugere que:

(...) o direito de “fazer viver e deixar morrer” é uma das dimensões do poder de soberania dos Estados modernos e que esse direito de vida e de morte “só se exerce de uma forma desequilibrada, e sempre do lado da morte”. É esse poder que permite à sociedade livrar-se de seus seres indesejáveis (...) é o biopoder (...) que permite ao Estado decidir quem dever viver. E o racismo seria (...) um elemento essencial para fazer essa escolha (...) de extermínio que cada vez mais se instala no Brasil, pelo Estado, com a conivência de grande parte da sociedade. (CARNEIRO, 2011, pag. 134)

Deste modo, não causa espanto o fato daqueles que detinham o capital e os meios de produção, terem se sobressaído tão melhor a ponto de causar a supressão dos antes incluídos. Evidencia-se o biopoder em ação e sua relação com o racismo ambiental, ao verificar as ações do poder público diante da ocupação do espaço urbano por aqueles que vêm do campo para a cidade e passam a integrar o panorama urbano. Muitos recebiam tão pouco por suas terras ou acabavam expulsos das mesmas que terminavam sua trajetória como moradores de rua, se tornando corpo e/ou figuras indesejadas na cidade, em especial, nos locais de circulação econômica (área central da cidade). Por sua vez, diante da situação, o poder público tomou medidas de retirada e remoção desses corpos indesejados para locais menos visíveis e visitados da cidade, com menor movimentação e circulação econômica, numa medida de primeiro alocar da maneira mais conveniente essas pessoas e, depois pensar como estruturar esses locais popularmente conhecidos como conjuntos habitacionais – COHAB (Companhia de Habitação Urbana).

## **2.2. Bairros Negros e Bairros Brancos em Rondonópolis: onde está a periferia e o poder?**

A realidade acima descrita enseja a discussão sobre para quem o espaço urbano é planejado em Rondonópolis e, quais vantagens são advindas para os que são contemplados dentro do planejamento sócio-econômico-ambiental e, explica a hipótese dos incluídos e excluídos ambientais da cidade.

Bairros	Branços	Negros	Amarelos	Indígenas
Jardim Europa	15%	85%	-	-
Jardim Atlântico	25%	75%	-	-
Jardim Iguaçu	25%	75%	-	-
Jardim Liberdade	30%	70%	-	-
Pedra 90	20%	80%	-	-
Parque Universitário	5%	95%	-	-

Quadro 01: Composição étnica de bairros alguns bairros periféricos entre junho de 2009 e setembro de 2010 (Fonte: Movimento Negro de Rondonópolis-MT – Relatório sobre racialização do espaço urbano em Rondonópolis-MT)

O quadro 01 mostra, primeiramente, que a periferia de Rondonópolis era em 2009-2010, e ainda é, um lugar reservado a gente negra da cidade. É importante salientar que são esses bairros que padecem da ausência de escolas ou de escolas em situação estrutural física e humana precárias ou deficientes<sup>22</sup>. Além disso, o desemprego é, em média, 70% maior entre a população da periferia<sup>23</sup>, associando-se os problemas relacionados a violência contra a população negra periférica, geralmente justificados pela mídia e pelo poder público como problemas de segurança pública da periferia que necessita da força policial para repressão<sup>24</sup>.

<sup>22</sup><<https://primeirahora.com.br/pais-de-alunos-da-escola-municipal-alcides-pereira-dos-santos-vendem-rifa-para-terminar-sala-de-aula-em-rondonopolis/>> Acesso em 12/06/2019 as 02h34min. <<https://www.agoramt.com.br/2019/02/obra-parada-alunos-da-escola-emanuel-pinheiro-seguem-sem-destino/>> Acesso em 12/06/2019 as 02h55min.

<sup>23</sup> Ver NETO, J. V. O Fenômeno da Urbanização no Brasil e a Violência nas Cidades. Espaço em Revista, volume 13, nº 2, pag. 125-149, julho-dezembro, 2011.

<sup>24</sup> <<https://www.agoramt.com.br/2013/04/policiais-estao-proibidos-de-socorrer-vitimas-de-crimes/tentativa-de-homicidio-no-parque-universitario-02/>> Acesso em 20/05/2019, as 22h01min. <<http://gazetamt.com.br/noticia/numero-seis-homem-e-morto-do-jardim-iguassu-e-escalada-da-violencia-continua-em-rondonopolis/>> Acesso em 20/05/2019, às 22h32min. <<https://www.folhamax.com/policia/policia-prende-tres-por-trafego-de-drogas-em-rondonopolis/206800>> Acesso em 20/05/2019, as 22h08min.

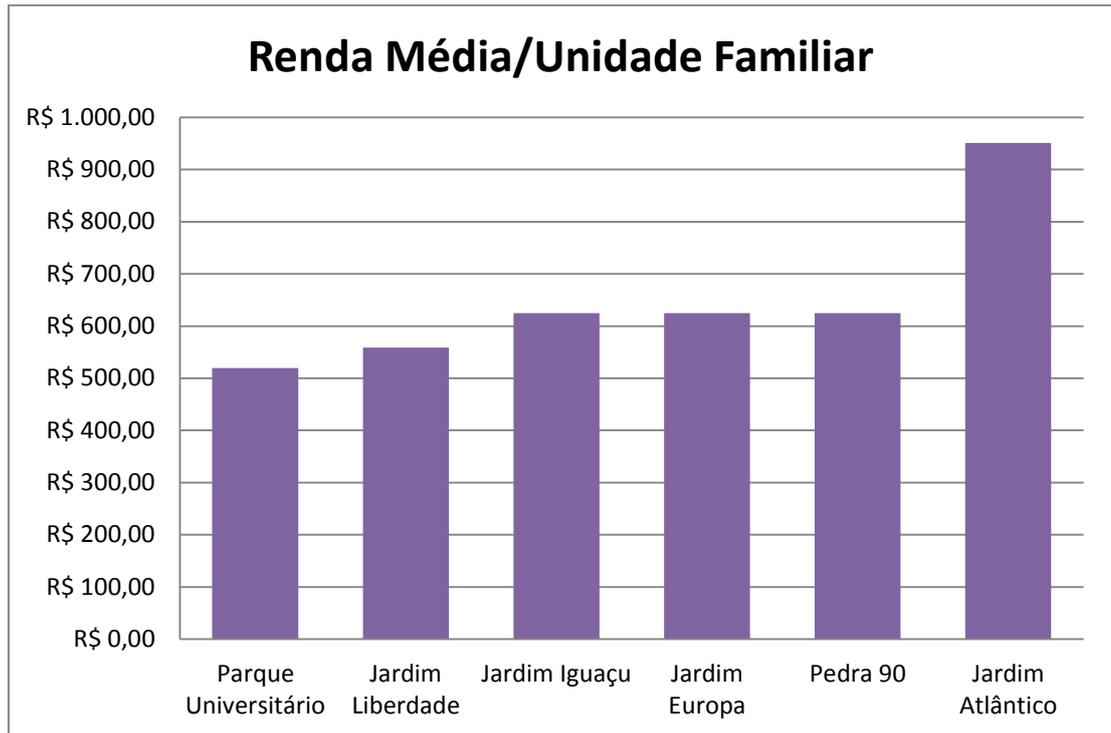


Gráfico 01: Renda média por unidade familiar analisada nos bairros periféricos entre junho 2009 a setembro de 2010 (Fonte: Movimento Negro de Rondonópolis-MT – Relatório sobre racialização do espaço urbano em Rondonópolis-MT)

Em termos de renda da população periférica de Rondonópolis, analisando o gráfico 01 em contraponto com a PNAD Contínua de 2018, a situação estatisticamente tendeu a se manifestar pela manutenção detectada a 10 anos atrás. Na margem histórica das mesmas periferias a que apresentou rendimento médio maior a 10 anos atrás, por unidade familiar modal<sup>25</sup>, mostrou que o ganho real foi de apenas 20% em 10 anos, ou seja R\$ 1.150,00 por unidade familiar no bairro periférico com maior rendimento e R\$ 600,00 no bairro com menor rendimento médio por domicílio analisado, evidência do baixo poder aquisitivo e de consumo das populações periféricas da cidade, que de acordo com a mesma PNAD contínua 2018 que mostrou um custo de vida estimado em média de R\$ 1.200,00/mês em Rondonópolis-MT.

<sup>25</sup> Padrão modal de unidade familiar considerado em média de 5 pessoas por domicílio analisado, conforme consultado em 28/06/2019 as 23h18min nos acessos <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_media/ibge/arquivos/81c9b2749a7b8e5b67f9a7361f839a3d.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/81c9b2749a7b8e5b67f9a7361f839a3d.pdf)> e também <<http://www.cbicdados.com.br/menu/emprego/pnad-ibge-arquivos-resultados-brasil>>.

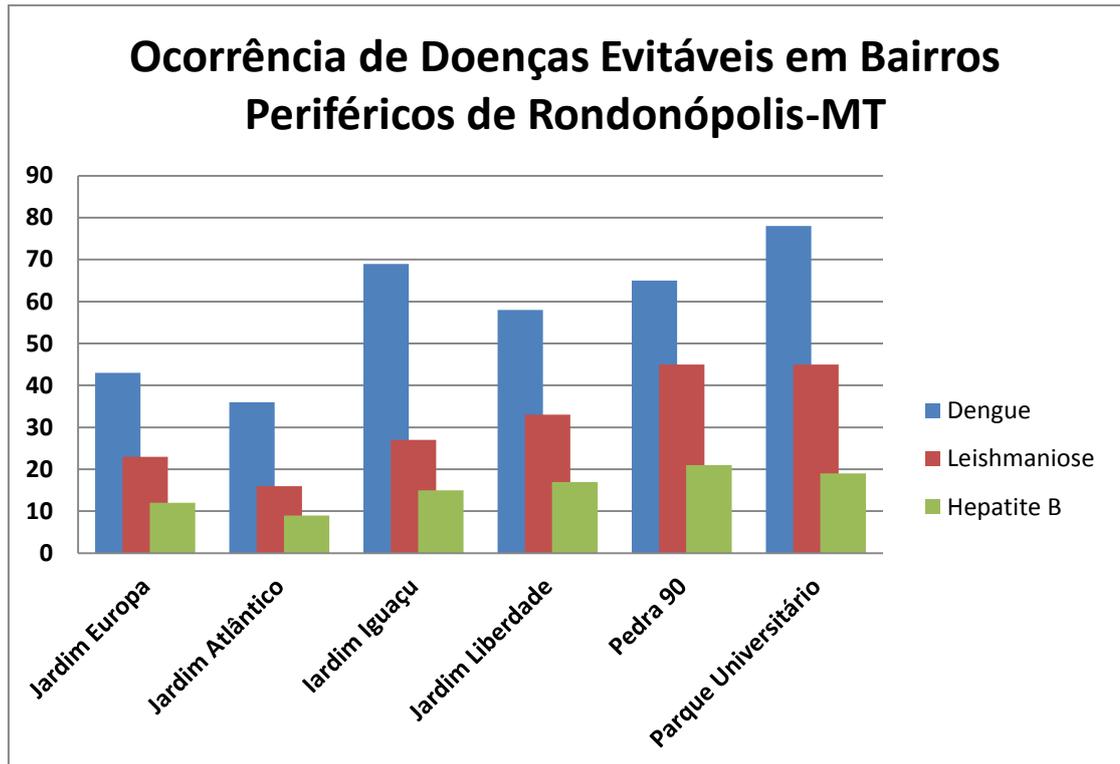


Gráfico 02: Ocorrência de Doenças Evitáveis nos bairros periféricos de Rondonópolis-MT entre junho 2009 a setembro de 2010 (Fonte: Movimento Negro de Rondonópolis-MT – Relatório sobre racialização do espaço urbano em Rondonópolis-MT)

O gráfico 02 permite a discussão sobre a biopolítica postulada por Foucault (2008), indica que os detentores do poder, em geral não afetados pelas próprias decisões, têm o poder de deixar viver ou deixar morrer, de incluir e excluir quem deseja. O mesmo gráfico, ilustra que o problema da ocorrência de doenças evitáveis nos bairros periféricos, pouco ou em nada foi solucionado ou ao menos mitigado. Os boletins das secretarias municipal e estadual de saúde mostram que os casos das doenças listadas no gráfico 02 tenderam a permanecer e/ou tiveram um leve aumento nos casos<sup>26</sup>. Essas doenças poderiam ser evitadas com a tomada de medidas estabelecidas por um bom programa de gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos, saneamento básico e ambiental planejados e adequados a realidade de cada bairro, melhor alocação e planejamento dos conjuntos habitacionais, melhorias nas campanhas e no fornecimento de vacinas.

<sup>26</sup> Informações disponíveis nos acessos < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinanet/cnv/hepabr.def>>, <<http://www.saude.mt.gov.br/upload/documento/458/boletim-hv-2017-final.pdf>>, <[file:///C:/Users/Administrador/Downloads/informe-epidemiologico-no-06-ed-01-se-112018-dengue-\[526-160318-SES-MT\].pdf](file:///C:/Users/Administrador/Downloads/informe-epidemiologico-no-06-ed-01-se-112018-dengue-[526-160318-SES-MT].pdf)>, < <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/10/05/mais-de-8-mil-casos-de-dengue-sao-registrados-ate-outubro-deste-ano-em-mato-grosso.ghtml>>, < <http://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/rondonopolis-tem-11-casos-de-leishmaniose-em-janeiro/203114>>, < [http://mt.corens.portalcofen.gov.br/88-casos-de-leishmaniose-em-humanos-sao-registrados-nos-ultimos-4-anos-em-mt\\_8780.html](http://mt.corens.portalcofen.gov.br/88-casos-de-leishmaniose-em-humanos-sao-registrados-nos-ultimos-4-anos-em-mt_8780.html)> consultados em 15/06/2019 as 00h19min.

Bairros	Branços	Negros	Amarelos	Indígenas
Colina Verde	75%	10%	15%	-
<u>Cophalis</u>	65%	30%	5%	-
<u>Copharondon</u>	55%	20%	25%	-
Vila Aurora	75%	20%	5%	-
Residencial Santa Clara	60%	40%	-	-

Quadro 02: Composição étnica de bairros alguns bairros não-periféricos entre junho de 2009 e setembro de 2010 (Fonte: Movimento Negro de Rondonópolis-MT – Relatório sobre racialização do espaço urbano em Rondonópolis-MT)

Recorrendo mais uma vez a PNAD contínua de 2017, novamente observando bairros, desta vez, fora da periferia rondonopolitana, notamos que os mesmos invertem o que se observou no quadro 01. Nestes bairros ocupados majoritariamente por brancos, os negros que ali dividem o espaço são exceções, assim como os brancos que estão na periferia, evidencia a racialização do espaço urbano rondonopolitano, algo ratificado pela figura 01 na qual ausência da figura de crianças/adolescentes negros e negras, delinea bem quem é o público que a escola deseja e para quem a escola se planeja.

**PREÇOS PROMOCIONAIS**  
**MENSALIDADES AO ALCANCE DE TODOS**  
**UEDE**  
 Unidade Educacional de Desenvolvimento

- Ensino Fundamental II - Regular e EJA  
Do 6º e 9º ano do Ensino Fundamental.
- Ensino Médio - Regular e EJA  
1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio.
- Dependências Escolares (Progressão Parcial)

APROVEITE A SUA NOTA DO PROVÃO OU ENEM PARA ELIMINAÇÃO DE MATÉRIAS.

66 3422-1508  
99961-2950

- Educação Infantil (Período Parcial e Integral)  
Maternal I e II / Jardim I, II e III
- Fundamental I (Matutino ou Vespertino)  
1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Figura 01: Propaganda de uma escola particular localizada em um dos bairros não periféricos feita em sua rede social<sup>27</sup>

<sup>27</sup>Fonte: <https://www.facebook.com/448962295115430/photos/p.2662093013802336/2662093013802336/?type=1&theater> Acesso em 01/06/2019, as 03h33min

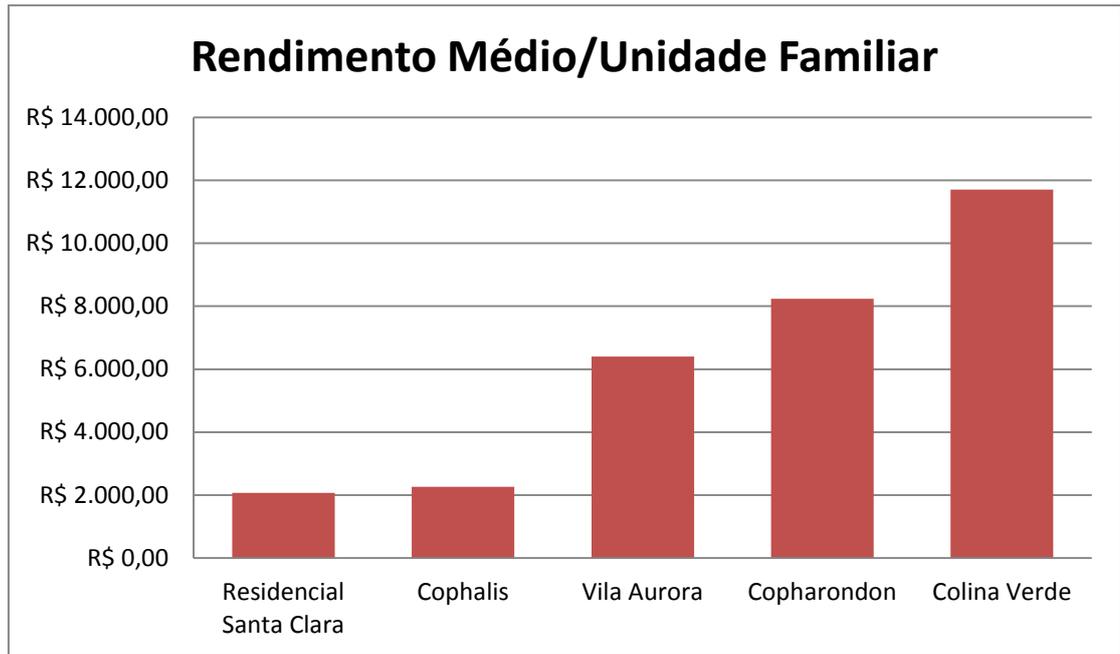


Gráfico 03: Renda média por unidade familiar analisada nos bairros não periféricos entre junho 2009 a setembro de 2010 (Fonte: Movimento Negro de Rondonópolis-MT – Relatório sobre racialização do espaço urbano em Rondonópolis-MT)

Analisando o gráfico 03 verifica-se a grande discrepância nos rendimentos das unidades familiares dos bairros não periféricos em comparação aos bairros periféricos. É razoável deduzir que mesmo se as unidades familiares tivessem tido um incremento real de ganho em seus rendimentos, ainda que passados 10 anos, os mesmos não estariam em pé de igualdade com os rendimentos das unidades familiares analisadas nos bairros não periféricos que, provavelmente, teriam tido esse acréscimo real. Não é redundância afirmar que a PNAD contínua 2018 mostra que essa desigualdade é mantida e permanece ainda maior, em especial, se levado em consideração o desemprego que afeta as unidades familiares nos bairros periféricos, que figura na média de 70% maior para negros que para brancos<sup>28</sup>, isto é, concentração do poder de consumo.

<sup>28</sup> Consultar < <https://revistaforum.com.br/ibge-desemprego-e-maior-entre-jovens-mulheres-e-negros-e-pardos/>>, < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/16/52-milhoes-de-desempregados-procuram-trabalho-ha-mais-de-1-ano-aponta-ibge.ghtml>>, < <https://www.destakjornal.com.br/seu-valor/detalhe/desemprego-aumentou-em-14-estados-no-primeiro-trimestre-->>, <<https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/a-protagonista/a-face-do-desemprego-no-brasil-jovens-negros-com-baixa-qualificacao-e-arrimo-de-familia/>>, acessados em 01/06/2019 as 21h50min

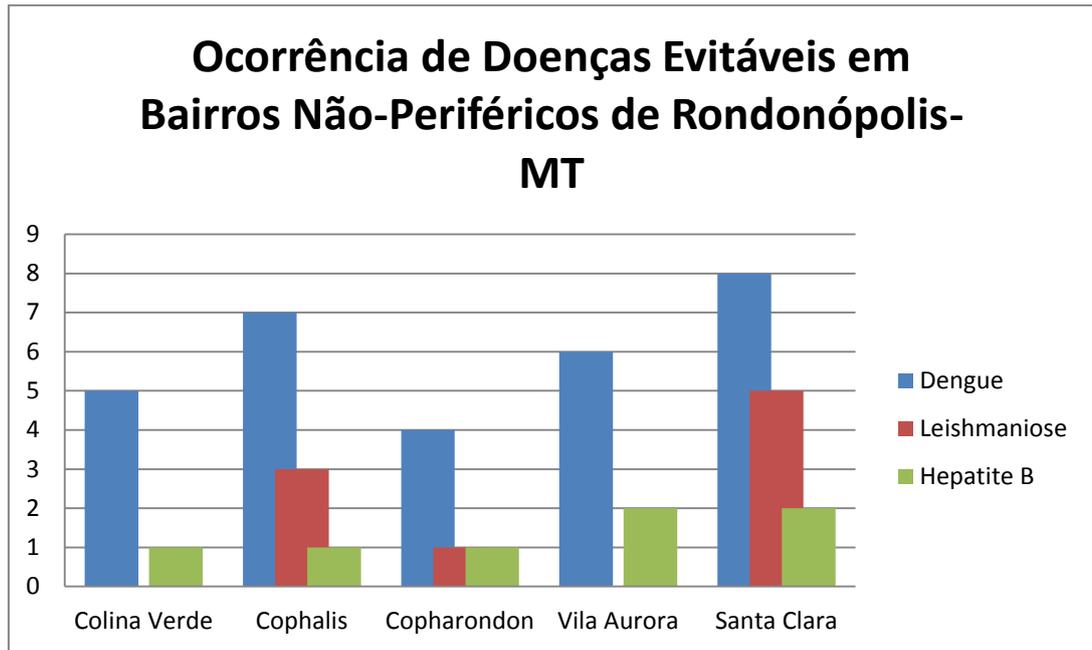


Gráfico 03: Ocorrência de Doenças Evitáveis nos Bairros não periféricos de Rondonópolis-MT entre junho 2009 a setembro de 2010 (Fonte: Movimento Negro de Rondonópolis-MT – Relatório sobre racialização do espaço urbano em Rondonópolis-MT)

Para os bairros não periféricos a concentração da ocorrência de doenças evitáveis foi muito menor que a observada para bairros periféricos, para todas as doenças a redução é de uma ordem 10 vezes menor e, analisando o padrão atual foi observado que há também a tendência de manutenção da situação, mantendo a diferença para menor índice de ocorrência de doenças evitáveis para bairros não periféricos<sup>29</sup>.

<sup>29</sup> Informações disponíveis nos acessos < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/hepabr.def>>, <<http://www.saude.mt.gov.br/upload/documento/458/boletim-hv-2017-final.pdf>>, <[file:///C:/Users/Administrador/Downloads/informe-epidemiologico-no-06-ed-01-se-112018-dengu-\[526-160318-SES-MT\].pdf](file:///C:/Users/Administrador/Downloads/informe-epidemiologico-no-06-ed-01-se-112018-dengu-[526-160318-SES-MT].pdf)>, < <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/10/05/mais-de-8-mil-casos-de-dengue-sao-registrados-ate-outubro-deste-ano-em-mato-grosso.ghtml>>, < <http://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/rondonopolis-tem-11-casos-de-leishmaniose-em-janeiro/203114>>, < [http://mt.corens.portalcofen.gov.br/88-casos-de-leishmaniose-em-humanos-sao-registrados-nos-ultimos-4-anos-em-mt\\_8780.html](http://mt.corens.portalcofen.gov.br/88-casos-de-leishmaniose-em-humanos-sao-registrados-nos-ultimos-4-anos-em-mt_8780.html)> consultados em 15/06/2019 as 00h19min.



Figura 02: Na parte superior uma publicidade de um novo loteamento para residencial, na parte inferior uma notícia de uma reintegração de posse numa área ocupada vizinha ao loteamento anunciado na parte superior<sup>30</sup>.

As imagens observadas na figura 02 no levam a seguinte interrogação: por quem e para quem o espaço urbano é pensado e planejado? As imagens ilustram o que nossas discussões até aqui demonstram, ou seja, que na periferia está o negro, no lugar que lhe foi relegado, no lugar que sobrou. É este seu lugar de sobreviver e morrer fora do mar<sup>31</sup>. Os dados mostram a concentração de poder aquisitivo, de consumo e decisório nas mãos dos brancos da cidade e que a estes é concedido *status quo* de incluídos ambientais, ao custo dos excluídos ambientais que ficam nas periferias. A biopolítica e o biopoder se manifestam no racismo ambiental condenando o negro, como indivíduo que deve ser mantido fora dos olhares de livre circulação branca como indicado por Herculano (2008) e Perbalt (2003).

<sup>30</sup> Fonte: < <http://www.imobiliariaoliveira.com.br/imovel/casa-residencial-venda-parque-das-laranjeiras-uberaba-mg/CA0247>> e < <https://www.agoramt.com.br/2016/01/policia-cumpre-reintegracao-de-posse-na-comunidade-padre-miguel/>> acessos em 04/06/2019 as 05h56min.

<sup>31</sup> Paráfrase de trecho de o Mar de Ba Kimbuta que em seu refrão declama melodicamente (...) São sentimentos pra todos poder sentir, pra resgatar, rasgar, rever e resistir, quem sempre quis nos derrubar no mar ... São sentimentos pra todos poder sentir, foi cemitério de quem não foi bem vindo aqui, meus ancestrais estão no mar (...)

### **2.3. Para quem são planejados os espaços públicos em Rondonópolis?**

No contexto da cidade de Rondonópolis o racismo ambiental é imposto por relações de biopoder exercido pelo branco, que ostenta sua inclusão no planejamento da cidade e dispensa negros (as). Para o branco os corpos negros andantes no espaço urbano são incômodos, indesejados e passíveis de anulação ou cerceamento, e de segregação no espaço urbano.

Ratifica-se também aqui que a cidade não é pensada para incluir e melhorar a situação do negro no espaço urbano e sequer para garantir que sua estada no espaço que lhe foi relegado seja razoável e fora de riscos. Há um pacto de eliminação do negro em preterimento do branco na cidade de Rondonópolis. A relação raça-renda-situação ambiental delinea o racismo ambiental como ferramenta de apagamento e controle do negro no cenário urbano rondonopolitano.

A biopolítica, a gestão da vida, alinhada com o racismo ambiental, faz pesar negativamente a balança sobre quem vive e quem morre. Em Rondonópolis, não é somente a ineficiência do poder público, é também o racismo, a apatia, que normaliza o negro como ocupante natural das periferias, cidadão de categoria inferior, e não admite quão negligenciada está a maior parcela da população, e afinal a gestão de vidas negras está em mãos brancas.

## FLUXO III – O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E O RACISMO AMBIENTAL: REFLEXÕES SOBRE O CENÁRIO SOCIAL EM RONDONÓPOLIS

### Então Sociedade – DPR – Do Protesto a Resistência<sup>32</sup>

Então sociedade já não encontramos mais  
 Razão pra prosseguir te deixando viver em paz  
 Quem nos ensinou a saquear dos teus  
 Pra por no pratos dos meus, foi o europeu  
 Só que não previu que sequestrar se respeito nem ética  
 Índios e negros de sua terra  
 Só teria como resultado o teu presente transformado em guerra  
 Com louco armado correndo em encontro do teu pescoço  
 Como um leão que busca a presa pro teu almoço  
 Eu preferí não ser mais um playmobil  
 Igual a muitos, dando fuga nas rocans ou na civil  
 Por pano louco, ou por cordão no meu pescoço  
 Outro assinante do atestado de derrota  
 Todo furado na maca depois da fuga frustrada da rota  
 Nos cantos extremos desta cidade  
 Vejo mães com tuas famílias passando necessidade  
 Mano buscando alternativas pro futuro dos teus filhos  
 Ou pras panelas vazias, este é o resultado de uma falsa divisão dos lucros  
 Que só fez mais túmulos do que criança  
 Completando teus estudos  
 Enquanto aqui dos becos aos púlpitos, vejo os corruptos  
 Putas e putos tirando teus lucros  
 Enquanto poucos lutam, vejo mais túmulos  
 Do que crianças completando teus estudos  
 Dos becos aos púlpitos... vejo os corruptos...  
 As feridas abertas da terra do carnaval  
 Não entraram na pauta do jornal nacional  
 Opinião pública vê e manipula a verdade  
 Você não vê na tv a deplorável maldade  
 Que é ver pivete de sete fumando pedra a vontade  
 Na luz do dia ou da lua, o crack é o dono da rua  
 Domina o pobre e dá lucro pra burguês  
 Que fica rico com o luto de mais uma dona Maria  
 Meninas perdem a infância, e tua integridade  
 Nas ruas da crackolândia, antes dos 15 de idade  
 Vivendo as margens da sociedade  
 Nega pra eles a escola, a alimentação e abrigo, e dá febém como amigo  
 Moleque cola do lado, vocês sobem o vidro  
 Pois tá ligado, né? que tá correndo perigo  
 O triste retrato da guerra não declarada civil brasileira  
 Está mascarada por trás do futebol, na capa do jornal  
 Onde o resultado do apartheid social, é a grande maioria  
 Vivendo abaixo da linha da pobreza  
 Sem educação, e nem ao menos a garantia de ter comida na mesa  
 Enquanto alguns poucos ganharem com a derrota da massa  
 Ainda vai ter sangue manchando os bancos dos astras<sup>33</sup>.

<sup>32</sup> DPR – Do Protesto a Resistência, Álbum Platoon, Delarua Records, São Paulo, 2012.

<sup>33</sup> Um dos modelos de veículo usado pela Polícia Militar paulistana e paulista como viatura.

Acima, os versos do grupo DPR apresentam uma tradução das vivências da juventude negra periférica, expõem a criminalização da pobreza, evidenciam a perseguição e a violência estatal expressa através da máxima “bandido bom é bandido morto”. No mesmo ano de lançamento da composição acima, o comando geral da Polícia Militar Paulista emitiu a Ordem de Serviço nº 8 BPMI-822/20/12, sob o assunto intensificação do policiamento, enfatizando que no período de 21/12/12 a 21/01/13 as abordagens fossem focadas em transeuntes de atitude suspeita e em veículos, especialmente quando fossem jovens com idades entre 18 e 25 anos de cor parda e negra.

A realidade cantada por DPR abre este último fluxo para demonstrar a hipocrisia do mito da democracia racial, que muito provavelmente existiu apenas no imaginário de Gilberto Freyre e novelas globais. Porque na trama das relações sociais no Brasil essa democracia jamais foi sequer um projeto. É no ritmo e na cadência dos versos, que se apresenta o genocídio da juventude negra brasileira, que sobrevive às políticas de seu apagamento físico e cultural. Ao negro no Brasil, cabe o enfrentamento do cinismo do racismo do branco, acobertado sob ridículos discursos de apaziguamento racial e constantes inversões de papéis para culpabilizar o próprio negro por sua situação.

As práticas e os pensamentos racistas consolidados, primeiro sob a égide do colonialismo e da escravização de pessoas africanas, indígenas, aborígenes, etc., se desdobraram em políticas segregacionistas, como o *Apartheid*, e também as ideologias da democracia racial e discriminação racial, que alimentam e realimentam a desigualdade racial, ampla e profundamente. De fato, nos dias de hoje, os desdobramentos da indiferença do branco para com o negro, faz com que o primeiro, portanto o privilegiado e incluído, detenha o poder de decidir sobre a vida e a morte da maioria da população, dos excluídos.

Usualmente, o racismo ambiental é a ferramenta para a reafirmação do poder de definir o espaço ou lugar da gente branca e da gente negra dentro do espaço urbano das cidades<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Bairros negros são lugares físicos – conceituais para repensarmos o urbanismo brasileiro e as relações sociais brasileiras a partir da constituição das cidades formadas dentro de nossa realidade histórica (...) são lugares onde habitam populações de pretos e pardos segundo os conceitos do IBGE e que designamos como negros. O lugar onde residem os despossuídos do passado escravista criminoso, inseridos nos processos de urbanização brasileira do período pós-abolição e vivendo a materialização do capitalismo racista (...) lugares produzidos pelas relações entre populações negras dentro de uma estrutura racista e capitalista. São lugares conceituais visto que permite

O cenário urbano de Rondonópolis é permeado por outra ideia fundamental para perpetuação e naturalização do racismo ambiental: o mito da democracia racial ou a ideologia da democracia racial, que tem instituído a ilusão de “igualdade” de direitos e a “democratização” de acessos diversos ao povo negro às políticas de educação, saúde, emprego, moradia e renda, além de propagar amplamente a idealização da meritocracia. Segundo Cunha Júnior,

O conceito de Bairros Negros se tornou polêmico, pois institui a necessidade e a possibilidade de pensarmos as populações negras dentro do direito às cidades e como especificidade que foge aos conceitos de universalidade, apenas populações pobres ou de povo sofrido. (CUNHA JUNIOR, 2019, p. 54).

O conceito apresentado por CUNHA JUNIOR (2019) busca justamente romper com o ideal meritocrático apresentado dentro do escopo de ideias propostas pelos “mitólogos” da democracia racial. A partir da reflexão do autor, pudemos reconhecer que as políticas estabelecidas dentro do município de Rondonópolis, em termos de renda, emprego, moradia, educação e saúde não visam à melhoria da qualidade de vida do povo negro que está nos bairros de periferia. Verificando dados encontrados em documentos do arquivo público municipal de Rondonópolis-MT, se confirma a realidade de que nem mesmo as periferias da cidade foram preparadas para alojar o negro rondonopolitano. Os dados evidenciam que os bairros periféricos se constituem em depósitos de pessoas negras, excluídas, retiradas dos locais centrais e comerciais da cidade, trata-se de políticas higienistas que fundamentadas no racismo relegam mais uma vez o povo negro ao desemprego estrutural, baixa renda, moradia precária, para enfim estigmatizar os bairros negros a marginalidade, criminalizando a pobreza. Neste sentido, concordamos que

A ausência de infraestrutura nos bairros negros é parte do controle social sobre as populações negras, pois produz as desigualdades sociais e as condições difíceis de vida (...) não são resultado da pobreza da população, pois a infraestrutura dos bairros ricos é produzida pelo estado, portanto, são problemas de ordem política e cultural e não apenas econômica como as ideologias as apresentam. (CUNHA JUNIOR, 2019, p. 55).

Retomando a análise de Foucault sobre Biopolítica e Biopoder, consideramos que as decisões sobre vida e morte são exercidas nas relações cotidianas, por exemplo: estudantes que moram no bairro Alfredo de Castro precisam se locomover por 6 km de

---

uma elaboração de modelos de análises para explicar a vida da população negra dentro de territórios negros produzindo cultura negra, cerceados pelo racismo antinegro. (CUNHA JUNIOR, 2019, pág. 53)

sua residência até a escola secundária mais próxima no bairro Jardim Atlântico; enquanto que outros estudantes residentes no bairro Vila Aurora caminham tranquilamente 500m de sua casa até a escola. Os estudantes do bairro Alfredo de Castro dependem ainda de um transporte público pouco funcional e problemático para ir a uma escola que não está preparada para eles. O racismo, motivo de evasão escolar estes estudantes, não figura nas estatísticas realizadas por pesquisadores dos “mitólogos” e “grandes pensadores” contemporâneos da meritocracia. E afinal,

Não se trata apenas de resultado das relações de trabalho (...) mas também das relações sociais entre populações negras e populações brancas mediadas pelo racismo antinegro praticado pelas instituições do estado e dos municípios. A falta da infraestrutura de lazer e cultura cria desconforto e prejudica a saúde mental. A falta da infraestrutura de comércio produz a dependência do comércio dos bairros brancos e o comércio informal nos bairros negros gerando problemas econômicos e de emprego. A dominação da população negra através do espaço urbano é processo complexo, contendo múltiplas características somadas, de sutilezas, descasos, violências, legislações, formulações de gestão pública articulada e organizada e mesmo justificado pelo pensamento científico como não racistas. (CUNHA JUNIOR, 2019, p. 55)

Outra questão é que no Brasil, a pobreza estrutural do negro e a criminalização do mesmo nunca foi encarado como um problema racial, como resultante do racismo antinegro, uma tática de eliminação e/ou controle social sobre o povo negro. Uma outra questão é que mesmo os partidos políticos de esquerda se restringem a sempre afirmar que a luta de classes é o motor da história, o que definitivamente é uma perspectiva limitada, uma vez que o racismo sustenta o sistema econômico capitalista, estabelecendo uma relação de dominação e poder fundamentado em critérios raciais. Vale destacar que,

(...) os partidos políticos de base popular têm muita dificuldade de lidar com a questão racial. (...)a ideologia racial do branco, dominante no país, impregna e envenena os partidos de esquerda. (...). Então é de boa compostura não se tocar no assunto e com isso se fica mais ou menos branco. Palatável. É muito grave, porque isso significa uma infiltração da ideologia racial do branco nos partidos de esquerda (...) acreditavam que a questão racial estava automaticamente colocada em termos de classe. Os problemas da mulher, as relações de gênero, as relações étnicas, as relações religiosas, todas estavam dissolvidas na questão de classes. (...) não há democracia possível, e muito menos socialismo – que a meu ver é simplesmente democracia social e política –, sem passar pela questão racial. Então, é mais grave. Temos de assumir a questão racial. (...) estou convencido de que os partidos de esquerda têm uma visão extremamente frouxa, para dizer o mínimo, da questão racial, da questão feminina e da questão regional, que no Brasil são muito sérias. (IANNI, et. al., 2005, pág. 45-46)

O racismo está presente na estrutura do capitalismo, ainda que pouco enxergado por estudiosos brancos apegados a um referencial eurocêntrico. O racismo é

a causa, a raiz de uma relação de poder perpetuada para manutenção da situação do negro no quadro da deseducação e fracasso escolar, do subemprego ou do desemprego estrutural, de sua destinação à moradias periféricas e de baixa infraestrutura, num ciclo contínuo de manutenção do privilégio branco e do encarceramento do negro.

### **3.1. Refletindo sobre a Manutenção de Privilégios em Rondonópolis**

O Brasil há muito tem tentado se livrar do estigma de país escravista que explorou e construiu todo seu legado dentro do sistema-mundo capitalista sobre sangue de índios e negros que foram amplamente explorados, assassinados, traficados, reprimidos e escravizados. As classes brasileiras influentes e poderosas, diante da marca de racistas e criminosos passaram a tentar cunhar um cenário de país livre de preconceitos, tentando a todo e qualquer custo perpassar a ideia da ausência de racismos.

O Brasil moderno – nascido da abolição da escravatura (1888), da proclamação da República (1889), da imigração européia (1820-1910) e da Revolução de 1930 – inaugurou nova forma de relações raciais e um projeto de nação à imagem e semelhança das nações européias, sob forte influência do etnocentrismo europeu. (SANTOS, 2009, p. 48).

No Brasil vigora um insistente discurso de negação do racismo que usa a miscigenação como marca de defesa de uma sociedade rendida ao mito da democracia racial. Neste sentido, cabe lembrar que

O contexto da urbanização, a arquitetura colonial da casa-grande cedeu lugar aos sobrados modernos e a falta de planejamento de políticas públicas nas cidades brasileiras, determinando o novo lugar da população pobre, em sua maioria mestiça e negra: as favelas, antes denominadas malocas e mocambos. (SANTOS, 2009, p. 49).

No interior do Brasil, o racismo ambiental delineia-se nos arquétipos citados por Gevanilda Santos (2009), segundo a autora, este racismo é demarcado desde a arquitetura até a configuração das políticas, quase inexistentes, que pouco visam a solução dos problemas da gente negra periférica. Em Rondonópolis, por exemplo, a classe política não protagoniza uma posição assertiva no combate ao racismo ambiental que aflige a periferia, apesar dos discursos meritocráticos se manifestarem no vocabulário de políticos, a manutenção, pelo poder público, de um cursinho pré-vestibular pelo poder municipal, o Cursinho Pré-Vestibular Gratuito “Zumbi dos Palmares”, é prova incontestável do reconhecimento das desvantagens vividas pela

população negra. Entretanto, mesmo que se proponha esse cursinho, é válido mencionar que nenhuma gestão, seja em âmbito legislativo ou executivo, propôs transformar essa iniciativa em uma política pública, precisando ano após ano ser aprovada uma lei que regule o funcionamento do mesmo, ficando este a mercê da vontade das gestões realizarem ou não o projeto, que desde 2009 passou por sérias ameaças de fim.

As obras de Gilberto Freyre foram o berço fértil para as ideias mitológicas da democracia racial, em especial *Casa Grande & Senzala* (1933), obra na qual segundo SANTOS (2009), o autor inverteu o valor social da mestiçagem, que até aquele instante era apregoadado por mentes do racismo científico como Silvio Romero e Conde Gobineau como um artifício de degradação e desabono nacional. Freyre deu ênfase às contribuições da cultura negra e indígena no modo de vida da sociedade brasileira, bem como acentuou, de todos os modos possíveis, com viés positivo, a aproximação sexual entre os senhores brancos e as escravas negras e indígenas, perpassando o discurso das benesses das “misturas de heranças culturais”.

O que Freyre não analisou, seja por limitação intelectual de seu tempo ou por ignorância de fatos, ou por sua branquitude, é que os homens brancos para dominarem homens e mulheres escravizados negros (as), se utilizavam da eliminação da figura negra masculina (alcoolismo, trabalhos forçados, castigos mortais, assassinato de insurgentes e lideranças), da catequização de mulheres e crianças (sincretismo negativo, com vinculação de práticas religiosas locais com mitos europeus) e da apropriação sexual das mulheres negras e geração de mestiços (miscigenação compulsória resultante do estupro e da idealização do branqueamento como forma/saída para “melhora” da raça).

A miscigenação cultural das três raças abriu caminho para a concepção do mito da democracia racial, cujos aspectos mais importantes são: o ideal de embranquecimento, a harmonia ou ausência de conflito racial e, principalmente, de qualquer protesto aberto contra o lugar que o negro ocupava na sociedade brasileira (...) por trás do mito da democracia racial escondiam-se a contestação da ordem racial vigente a reivindicação por direitos iguais. Intelectuais a serviço das elites nacionais popularizaram crenças e simbologias da harmonia entre classes sociais, sobre tudo as de caráter racial acentuando seu caráter mítico. É mito porque é uma representação simbólica construída por estudiosos, intelectuais e políticos e não encontra representação na realidade (...). Subalternizar a população negra, na medida em que inferioriza e fragmenta a identidade étnico racial e impede os protestos por direitos e mobilidades social ascendente. (SANTOS, 2009, pág. 50-51) [Grifos meus]

O mito de uma democracia racial visa nada mais que realizar de forma constante a manutenção do poder pelas elites brancas, apostando na invenção de que representam uma figura pálida, limpa, íntegra e pura. A democracia racial propugna para o contexto social brasileiro e, em particular, rondonopolitano, um ideal de se buscar, o branqueamento como marca de melhora, ainda que o negro caminhe por si só sem causar deságio ou desabono ao branco, nem mesmo lhe solicitar reparação histórica. Desde que haja ausência do confronto entre ideais negros e brancos, há uma obscura democracia, porém, esta falsa democracia evocada durante todo o processo narrativo da história do Brasil se comprova como mito, por ser um fato totalmente deslocado da realidade.

Negros e brancos estão longe de viverem em situação de igualdade social sobre o território das cidades brasileiras. As reflexões propostas até aqui, mostraram que na cidade de Rondonópolis-MT, há uma evidente demarcação do espaço “limpo” destinado para brancos e do lugar invisível, do monturo e do aterro onde o negro deve estar de bom grado. Mais uma vez necessário à recorremos a estatísticas públicas de ampla divulgação disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE que mostram exatamente esse divisor entre brancos e negros e como estes fatores configuram o racismo ambiental na cidade de Rondonópolis como poderemos ver nos tópicos a seguir.

### **3.2. Educação: Estrutura escolar na periferia e não periferia de Rondonópolis**

Com base em dados do Censo Escolar de 2018 e em algumas variáveis de análise, procuramos traçar uma cartografia educacional de duas escolas de periferia e duas escolas do centro de Rondonópolis. As variáveis serão a taxa de adequação da infraestrutura escolar e índices educacionais (média de estudantes por turma, taxas de aprovações, taxas de reprovações, taxas de abandono escolar). Lançamos mão deste recurso pelo fato de no trabalho voltarmos nossa análise para o público jovem.

	Adequação da Infraestrutura	Média de Estudantes/turma	Taxa de Aprovações	Taxa de Reprovações	Abandono/ Evasão Escolar
Centro Educacional Khalil Zaher	64,28%	19,9	99,6%	0,4%	0%
Centro Integrado de Ensino – CIE	64,28%	24,4	99,5%	0,5%	0%
Escola Estadual Prof. Maria Elza Ferreira Inácio	44,93%	27,0	55,1%	38,6%	6,3%
Escola Estadual Prof. Elizabeth de Freitas Magalhães	44,93%	35,4	68,5%	24,3%	7,2%

Fonte: INEP/Censo Escolar 2018

Os dados do gráfico em questão são referentes ao ensino fundamental e médio e evidenciam uma grande margem nas tendências de escolarização e desescolarização da população periférica rondonopolitana. As escolas ocupadas por pessoas de poder aquisitivo maior, via de regra, brancas, apresentaram taxas de ajustamento de infraestrutura com maior aderência em resultados de adequação em termos de estrutura ofertada aos estudantes: rede de esgoto, biblioteca, laboratórios, salas de leituras e estudos individuais, áreas de lazer e prática esportiva, internet de boa qualidade; enquanto que para as escolas periféricas a margem avaliada apresentou uma diferença de quase 3 para 1.

Estes fatores impactam diretamente na qualidade do ensino mediado pelo corpo docente. Afinal, escolas que apresentam professores com bom nível de formação, porém precária estrutura, têm dificuldade na fixação do estudante, que diante de quadro de reprovações constantes e dificuldades escolares, acabam optando pelo caminho do abandono escolar, principalmente, os estudantes do ensino médio que sob a pressão de trabalhar para viver e/ou sobreviver acaba por ter que escolher entre o trabalho e os estudos e, por fim abandonando os estudos de nível médio para buscar encaixe no mercado de trabalho.

Este cenário descrito coloca por terra qualquer noção de igualdade, quando analisadas as formações étnicas dos bairros nos quais as escolas estão alocadas e a formação étnica da clientela das escolas

	<b>Negros no Bairro</b>	<b>Branco no Bairro</b>	<b>Negros na população escolar (estudantes)</b>	<b>Branco na população escolar (estudantes)</b>
Centro Educacional Khalil Zaher	11,7%	73,0%	5,0%	90,0%
Centro Integrado de Ensino – CIE	12,1%	68,5%	12,0%	83,0%
Escola Estadual Prof. Maria Elza Ferreira Inácio	83,7%	10,2%	90,0%	9,0%
Escola Estadual Prof. Elizabeth de Freitas Magalhães	79,9%	10,4%	95,5%	3,5%

Fonte: INEP/Censo Escolar 2018/IBGE-PNAD-C 2018

### **3.3. Emprego: o mercado de trabalho e o negro rondonopolitano**

Assim como a educação, o emprego é fator fundamental para sobrevivência da população, as estatísticas apresentadas sobre o panorama social rondonopolitano, evidenciaram as diferenças entre os padrões escolares estabelecidos para negros e brancos.

As estatísticas educacionais impõem duro golpe ao mito da democracia racial e aos discursos meritocráticos, uma vez que evidencia o racismo ambiental entranhado nas estruturas do Estado e na imposição da exclusão do negro. Diante disso, visitar as estatísticas públicas sobre o emprego e renda e suas relações com o racismo ambiental e o discurso da democracia racial é necessário, uma vez que este mesmo mito justifica a criminalização e a pobreza do negro no estrato social brasileiro e rondonopolitano.

Quando analisada a média do rendimento por unidade familiar modal<sup>35</sup>, verifica-se que enquanto os núcleos familiares de pessoas negras apresentaram uma média de R\$ 938,00; os núcleos familiares da população branca foi R\$ 1.892,00; isto é, um pouco mais que o dobro dos rendimentos médios por unidade familiar negra.

<sup>35</sup> Padrão para unidade familiar modal são 5 pessoas na mesma casa.

Em termos de empregabilidade, a subutilização e o emprego informal (sem registros) da mão de obra de pessoas negras é de 54,9%, trata-se de pessoas que trabalham sem nenhum tipo de renda fixa ou garantias como seguro de vida ou contra acidentes. Além disso, analisando as taxas de desocupação, entre os negros ela é de 32% enquanto que entre os brancos é de 18,1%. Em cargos gerenciais 74% são ocupados por pessoas brancas, com ganhos que dobram e chegam a triplicar a diferença salarial entre brancos e negros. A métrica desenhada pela PNAD Contínua-2018 é que um homem branco ganha no geral 100% a mais que um homem negro, enquanto que uma mulher branca ganha 50% a mais que um homem negro e quando analisamos a situação da mulher negra nesse cenário a mesma tende a ganhar 25% do que ganha um homem negro.

Esta mesma PNAD Contínua-2018 traz comparações entre bairros da cidade, uma pequena cartografia social como pode ser vista no quadro abaixo:

<b>Bairro</b>	<b>Etnia/Cor</b>	<b>Rendimento médio por unidade familiar analisada</b>
Vila Aurora I	56% - Branca; 22% - Negra	R\$ 2.559,79 – Branca; R\$ 1.893,00 - Negra
Vila Adriana	51% - Branca; 23% - Negra	R\$ 2.235,63 – Branca; R\$ 1.932,00 - Negra
Alfredo de Castro	12% - Branca; 79% - Negra	R\$ 1.758,00 – Branca; R\$ 1.050,00 - Negra
Residencial Ana Carla	23% - Branca; 75% - Negra	R\$ 1.545,50 – Branca; R\$ 1.100,00 - Negra

Fonte: PNAD Contínua-2018 – IBGE

Assim como feito na análise com as escolas dos bairros analisados e divulgados pela pesquisa, fizemos aqui uma breve análise comparativa, a evidência que salta aos olhos, é a diferença de ganhos estabelecida entre brancos e negros em todos os bairros, não importando se o mesmo é periférico ou não, já que essa diferença existe mesmo nos bairros periféricos com o branco pobre<sup>36</sup>. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos-DIEESE na pesquisa sobre

emprego e desemprego 2018 analisou que nos bairros periféricos as famílias negras têm sobrevivido somente US\$ 0,70 e US\$ 0,78 acima da linha da pobreza, enquanto que o custo de vida básico (alimentação, moradia, higiene, educação e saúde) em Rondonópolis é de US\$ 2,44/dia; isto é, US\$ 1,44 acima da linha da pobreza e US\$ 0,66 acima do que as unidades familiares negras auferem de renda atualmente.

Com menor renda, a população negra rondonopolitana acaba sofrendo mais no acesso a serviços básicos. Uma observação feita pela própria PNAD-2018, é que pelo menos 14% da população negra periférica da cidade sofre com deficiência ou mesmo ausência da coleta de lixo (contra 5,5% de brancos afetados pelo mesmo problema); 40% da população negra sofre com ausência de coleta e correto tratamento de esgoto (contra 30% de brancos afetados pelo mesmo problema). Estes índices dizem respeito ao racismo ambiental, que uma vez mais denuncia a falácia da democracia racial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos fluxos pode ser notada algumas definições que nos auxiliaram a perceber e compreender o que desejamos dizer quando falamos de racismo ambiental, mas gostaríamos de evidenciar um pouco mais. Racismo ambiental é um braço da política discriminatória que atinge a população negra das cidades com a finalidade primária de tratar o povo negro como figura indesejada, que causa mal-estar, quando insiste em permanecer em locais de interesses imobiliários/econômicos. Além disso, o racismo ambiental possui um caráter higienista que visa, principalmente retirar o negro do centro das cidades. Quando a insistência em permanecer neste espaço das cidades ocorre, o braço armado do Estado e as políticas genocidas tratam de remover essas pessoas para as periferias, quando não as matam, para algum local no qual esse mal estar não será um problema, pois lá permanecerão escondidos, retidos, distante do olhar da branquitude racista.

As periferias são os locais de “estoque” da nossa gente negra, a periferia não é planejada, funciona apenas para depositar aquilo que não se pode jogar em qualquer lugar, pois a exploração de sua vida, de sua força de trabalho produz a riqueza de poucos. Privados de aspectos básicos da saúde, transporte, educação, emprego e renda, são alvo da criminalização da própria produção da pobreza.

Enquanto a população negra luta para sobreviver, o Estado genocida se arvora do poder soberano para decidir quem vive, quem morre, quem trabalha e auferir renda, quem não trabalha e fica a margem, criando um palco para que se instaure, o que se noticia nas manchetes de jornais, “o negro violento”, aquele que, desprovido de acesso ao mundo do trabalho, desprovido de renda, desprovido de acesso a educação formal, recorre, “naturalmente”, ao caminho “fácil” da criminalidade. O “negro violento” que vive no imaginário da sociedade racista brasileira é aquele que não se esforçou bastante, que não lutou o suficiente, que não possui mérito algum, que sequer se opôs ao sistema, que é preguiçoso e doente porque escolhe assim ser, e que, portanto, pode e deve morrer.

O sistema-mundo capitalista, branco centrado, cria o racismo ambiental para que este opere e desestruture o povo negro brasileiro. Como dito no início desse trabalho, é muito fácil observar esta operação e desestruturação quando voltamos nosso olhar para as grandes cidades, mas no interior do país, em Rondonópolis, a situação não é diferente.

A pobreza do negro no Brasil é política orquestrada por um sistema racista, e estruturado por uma ideologia que tende sempre a culpabilizar o negro por sua situação ao *pari passu* que o insere numa metódica pobreza estrutural, que o impede de ascender socialmente e até mesmo de perceber que está sendo vitimado por um racismo cíclico que visa, entre outras coisas, eliminá-lo fisicamente.

A branquitude é o ideal de ser da sociedade rondonopolitana, e o racismo ambiental é um dos métodos pelo qual se consegue o constante apagamento do negro da cena social, tanto ideologicamente como fisicamente.

Iniciamos este trabalho refletindo sobre o drama de ser e de viver do negro, sobre a existência do Negro Drama. Em Rondonópolis os detentores do poder excluem a juventude negra rondonopolitana do cenário social e a joga em um cemitério, como o Mar que guarda nossos ancestrais. Durante a realização da pesquisa e elaboração desta escrita, esta política racista ficou ainda mais explicitada. Diante disto uma questão é premente: por qual a razão a juventude e toda população negra deveria estar em paz com a sociedade rondonopolitana, quando há necessidade de que uma parcela, aliás, 55% da população rondonopolitana segundo o IBGE, tenha que literalmente passar por uma sangria para que a mesma viva confortavelmente?

Por fim, reafirmo que Rondonópolis se sagra como um espaço planejado para a gente branca, um espaço que não deve ser partilhado pela população negra, mostrando que, em termos de relações sociais e do crivo do poder, nada está diferente do período escravocrata. Apesar de conquistas importantes, obtidas por nossos ancestrais e por todos os seus filhos que prosseguem na luta, o poder sobre as vidas negras permanece em mãos brancas. Essa situação faz com que conquistas como o Estatuto da Igualdade Racial, as cotas raciais, a implementação universal da lei 10.639/2003, a educação multiculturalista com redistribuição mínima de renda a famílias negras e indígenas estejam ameaçados diante do atual cenário político nacional. Rondonópolis, por mais que tente, absurdamente, buscar apresentar uma imagem diferente, é uma cidade permeada pela branquitude que instrumenta o racismo ambiental que por sua vez faz parte de um sistema político que é o racismo.

Até aqui apresentei essa temática com a qual tive o contato pela primeira vez em 2009, quando participei do Programa Conexões do Saberes a convite do Professor Pós Doutor Flávio Antônio Nascimento. Naquela época, eu, estudante de Engenharia Agrícola e Ambiental me senti, *a priori*, deslocado nas discussões e nos trabalhos onde deveríamos oferecer visões sobre o racismo dentro de nossas áreas de atuação.

Eu não sabia como expressar, até notar que nas periferias as coisas não tocavam como tocam no centro, e, que havia sempre uma tendência a se colocar o negro fora das vistas de um público que se sente incomodado com nossa circulação, entre eles, na cidade de Rondonópolis.

Por ter uma formação voltada, em parte para ao meio ambiente, e em parte para o setor econômico (agrário), voltei meu olhar a princípio para questões bioéticas e epidemiológicas, como a ocorrência de doenças evitáveis em bairros periféricos e não periféricos, a composição socioeconômica nesses bairros e sua relação com o componente étnico. Passei então, a pesquisar termos relativos a discriminação ambiental, quando pela primeira vez achei o verbete racismo ambiental, assim desde 2009 me dediquei e me debrucei sobre pesquisas acerca do tema. Produzi em 2012 uma monografia que foi rechaçada pelo departamento de Engenharia Agrícola e Ambiental da UFMT/CUR hoje UFR pelo fato de ser, nas palavras do professor que coordenava a disciplina de trabalho de conclusão de curso do departamento, “muito social e de humanas”, mesmo que o conteúdo tivesse forte alicerce dentro das disciplinas de Epidemiologia e Saúde Ambiental e Ciências Sociais e do Ambiente que compunham então nossa grade de formação. Não tive reporte à época para que o trabalho fosse divulgado, pesquisa essa que foi realizada com apoio do Movimento Negro de Rondonópolis (MNR). Realizar esta pesquisa e produzir este trabalho de pesquisa no Mestrado em Educação é de extrema importância para nossa gente negra rondonopolitana. Tentei aqui ser direto, falar o mais acessível possível, pois é necessário que todos nós, negros e negras da periferia tenhamos entendimento sobre os desdobramentos do racismo e a forma como o mesmo se estrutura como sistema político e assume diversas identidades, como o racismo ambiental, que tenhamos suporte para reconhecer o racismo e combater-lo com coesão e coerência. Espero que essa pesquisa contribua e sirva como subsídio didático na educação básica. E, quiçá, seja ponto de partida para outros trabalhos, que outros pesquisadores se ocupem da temática e mais trabalhos possam surgir e fomentar o combate e rechaço ao racismo sistemático, institucionalizado e o racismo ambiental no cenário social rondonopolitano e brasileiro, com a finalidade de melhorar a situação educacional, de emprego e renda de nossa juventude negra, com vista a paralisação mais que urgente do genocídio da nossa juventude negra em curso nas periferias de Rondonópolis-MT, pois no fim nossos filhos e filhas e, mesmo nós temos “grandes alvos” em nossas costas e testas.

Enfim, isso é o que me acorda inquieto todas as noites. Pelos meus, por Heitor, Por Yasmim.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção: Homo Sacer II** (2 Ed.). São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I** (2 Ed.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALMEIDA, J. P. de. **A extinção do Arco Íris: Ecologia e História**. Papirus, Campinas-SP, 1988.

BULLARD, R. **Ética e Racismo Ambiental**. Revista Eco 21, ano XV, Nº 98, janeiro/2005

CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. Ed. Selo Negro, São Paulo: 2011.

**Cidade de Deus**. Direção: Fernando Meirelles, Kátia Lund. Brasil, 2002, DVD.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. Boitempo: São Paulo-SP, 2006.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANKENBERG, R. **White women, race masters: the social construction of whiteness**. USA: University of Minnesota, 1999

GONZALEZ, L. **Lugar de Negro**. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1982.

GROSGOUEL, R. **Racismo/Sexismo Epistêmico, Universidades Occidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios ao largo siglo XVI**. Tabula Rasa, nº 19, pag. 31-58, Jul. a Dez. Bogotá – Colômbia, 2013.

HERCULANO, S. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, v. 3, n.º 1m artigo 2, jan./abril 2008.

KIMBUTA, B. **O Mar** Álbum Universo Preto Paralelo. Axé Produções, São Paulo, 2012.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Artes & Ensaios, v. 32, 2016, p. 123-151.

MUNANGA, K. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Texto da Palestra Proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação PENESB-RJ, 05/11/2003.

MUNANGA, K., GOMES, N. L. **O Negro do Brasil de Hoje**. Edição 3. Global Editora. São Paulo, 2016.

NEGRI, S. M. **O processo de segregação sócio espacial no contexto do desenvolvimento econômico da cidade de Rondonópolis-MT**. Rio Claro –SP: UNESP, 2008. (Tese de Doutorado)

NASCIMENTO, A. do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. 3ª Ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PACHECO, T. **Desigualdade, Injustiça Ambiental e Racismo: uma luta que transcende a cor**. Disponível em: <http://acervo.racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>. Consultado em 18/03/2019.

PELBART, P. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PEREIRA, A. D. **O Negro no Mercado de Trabalho**. HETEC HISTÓRIA, EDUCAÇÃO & TECNOLOGIAS, v. 02, p. 01, 2014.

QUINJANO, A. **¡Qué tal Raza!** Publicado en América Latina en Movimiento, No. 320: <<http://alainet.org/publica/320.phtml>>. Acesso em: 12/03/2019, as 19h33min.

SANTOS, G. **Relações Raciais e Desigualdade no Brasil**. Selo Negro, São Paulo-SP, 2009.

TEIXEIRA, F. B.; SCUDDER, P. O. X.; SILVA, U. R. **EDUCAÇÃO E DECOLONIALIDADE: UMA LEITURA SOBRE O RACISMO AMBIENTAL CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA DA PERIFERIA EM RONDONÓPOLIS-MT**. In: Anais do Congresso de Pesquisa em Educação: CONPEduc 2018. Anais...Rondonópolis(MT) UFMT, 2018. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/conpeduc2018/107014-EDUCACAO-E-DECOLONIALIDADE--UMA-LEITURA-SOBRE-O-RACISMO-AMBIENTAL-CONTRA-A-POPULACAO-NEGRA-DA-PERIFERIA-EM-RONDON>>. Acesso em: 14/08/2020 06h00min.

SCHUCMAN, L. V. **Famílias inter-raciais: estudo psicossocial das hierarquias raciais em dinâmicas familiares**. Pós Doutorado, FAPESP, São Paulo, 2015.

SILVA, M. J. **Escrito nos jornais: tempo de aprendizagem.** Ed. Kelps, Goiânia: 2007.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. **Um Século de Favela.** 5ª edição – Editora FGV. Rio de Janeiro-RJ, 2006.